



volume **1**
ANO 2008

Gestão do Currículo na Escola

CADERNO DO GESTOR



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador
José Serra

Vice-Governador
Alberto Goldman

Secretária da Educação
Maria Helena Guimarães de Castro

Secretária-Adjunta
Iara Gloria Areias Prado

Chefe de Gabinete
Fernando Padula

Coordenador de Estudos e Normas
Pedagógicas
José Carlos Neves Lopes

Coordenador de Ensino da Região
Metropolitana da Grande São Paulo
Luiz Candido Rodrigues Maria

Coordenadora de Ensino do Interior
Aparecida Edna de Matos

Presidente da Fundação para o
Desenvolvimento da Educação – FDE
Fábio Bonini Simões de Lima

EXECUÇÃO

Coordenação Geral
Maria Inês Fini

Concepção
Guiomar Namó de Mello
Lino de Macedo
Luis Carlos de Menezes
Maria Inês Fini
Ruy Berger

GESTÃO

Fundação Carlos Alberto Vanzolini

Presidente do Conselho Curador:
Antonio Rafael Namur Muscat

Presidente da Diretoria Executiva:
Mauro Zilbovicius

**Diretor de Gestão de Tecnologias
aplicadas à Educação:**
Guilherme Ary Plonski

**Coordenadoras Executivas de
Projetos:**
Beatriz Scavazza e Angela Sprenger

APOIO

CENP – Coordenadoria de Estudos e
Normas Pedagógicas
FDE – Fundação para o Desenvolvimento
da Educação

CADERNO DO GESTOR

AUTORA

Zuleika de Felice Murrie

EQUIPE DE PRODUÇÃO

Coordenação Executiva: Beatriz
Scavazza

Assessores: Alex Barros, Beatriz Blay,
Denise Blanes, Eliane Yambanis, Heloisa
Amaral Dias de Oliveira, Luis Márcio
Barbosa, Luiza Christov, Paulo Eduardo
Mendes e Vanessa Dias Moretti

EQUIPE EDITORIAL

Coordenação Executiva: Angela
Sprenger

Projeto Editorial: Zuleika de Felice Murrie

Edição e Produção Editorial: Edições
Jogo de Amarelinha, Conexão Editorial e
Occy Design (projeto gráfico)

CTP, Impressão e Acabamento

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo autoriza a reprodução do conteúdo do material de sua titularidade pelas demais secretarias de educação do país, desde que mantida a integridade da obra e dos créditos, ressaltando que direitos autorais protegidos* deverão ser diretamente negociados com seus próprios titulares, sob pena de infração aos artigos da Lei nº 9.610/98.

* Constituem "direitos autorais protegidos" todas e quaisquer obras de terceiros reproduzidas no material da SEE-SP que não estejam em domínio público nos termos do artigo 41 da Lei de Direitos Autorais.

MURRIE, Zuleika de Felice.

Caderno do Gestor. Gestão do currículo na escola / Volume 1 / Zuleika de Felice Murrie. –
São Paulo: SEE, 2008.

ISBN. 978-85-61400-75-0

1. Gestão do Currículo na Escola (Ensino Fundamental e Médio). I. São Paulo (Estado).
Secretaria da Educação. II. Título.

CDD 22.ed. 375

Caros gestores,

Este ano será um “divisor de águas” para a educação paulista. Começamos o ano com uma proposta curricular organizada e integrada, em que os gestores, terão um papel muito importante.

Caberá a vocês a divulgação e a implantação em suas escolas da Proposta Curricular.

Lembro, também, que a implantação da Proposta Curricular é um passo importante, para que nossas metas de melhoria da qualidade da educação sejam alcançadas.

Por isso, preparamos este material que tem por objetivo subsidiar a ação dos gestores.

Bom trabalho!

Maria Helena Guimarães de Castro

Secretária da Educação do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

SÃO PAULO FAZ ESCOLA – UMA PROPOSTA CURRICULAR PARA O ESTADO 6

1. O QUE SE ESPERA DO PROFESSOR COORDENADOR 7

2. CONHECENDO A SUA ESCOLA 12

Indicação 1. Dados da sua escola 12

Indicação 2. Análise da proposta pedagógica da sua escola 16

Indicação 3. Análise das dimensões da sua escola: contextual, comunicacional e didática 18

3. O QUE É A PROPOSTA CURRICULAR DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO? COMO IMPLANTÁ-LA? 29

Os pilares da Proposta Curricular 29

Recursos disponíveis 31

Uma nota necessária 34

4. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 35

Propostas para organizar o processo de avaliação em sua escola 36

5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR COORDENADOR 40

Primeira ação pública do Professor Coordenador: divulgação da Proposta Curricular 40

CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS 45

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 46

ANEXOS

EM DIA COM A LEGISLAÇÃO 48

1. Resolução SE – 61, de 24-09-2007 48

Dispõe sobre o registro do rendimento escolar dos alunos das escolas da Rede Estadual.

2. Resolução SE – 87, de 19-12-2007 49

Dispõe sobre o calendário escolar para o ano de 2008, nas escolas da Rede Estadual de ensino.

3. Resolução SE – 92, de 19-12-2007 50

Estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Fundamental e Médio nas escolas estaduais.

4. Resolução SE – 6, de 24-01-2008 53

Dispõe sobre estudos de recuperação na Rede Estadual de ensino.

5. Comunicado Cenp – s/n, de 29-01-2008 56

6. Resolução SE – 11, de 31-01-2008 58

Dispõe sobre a educação escolar de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas da Rede Estadual de ensino e dá providências correlatas.

7. Resolução SE – 12, de 31-01-2008 66

Dispõe sobre a implementação de cursos de Ensino Médio de Formação Básica e Profissional nas escolas públicas estaduais.

TEXTO-ESTÍMULO: A LITERATURA COMO REFLEXÃO 70

Lima Barreto: Tenho esperança que...

INSTRUMENTO DE PESQUISA 73

Pesquisa sobre a aplicação do projeto inicial da recuperação

SÃO PAULO FAZ ESCOLA – UMA PROPOSTA CURRICULAR PARA O ESTADO

Este Caderno foi especialmente produzido para o Professor Coordenador que ora assume sua função pedagógica.

A Secretaria da Educação considera que a coordenação pedagógica constitui-se em um dos pilares estruturais da sua atual política de melhoria da qualidade de ensino e que os Professores Coordenadores devem atuar como gestores implementadores dessa política com os objetivos de:

- ▶ Ampliar o domínio dos conhecimentos e saberes dos alunos, elevando o nível de desempenho escolar evidenciado pelos instrumentos externos e internos de avaliação;
- ▶ Intervir na prática de sala de aula, incentivando os docentes a diversificarem as oportunidades de aprendizagem, visando à superação das dificuldades detectadas junto aos alunos;
- ▶ Promover o aperfeiçoamento e o desenvolvimento profissional dos professores designados, com vistas à eficácia e à melhoria de seu trabalho.

Dessa maneira, este Caderno procura subsidiar as primeiras ações pedagógicas do Professor Coordenador, apresentando formas possíveis de intervenção nas práticas escolares que visem à construção de uma prática cuja meta seja responder às necessidades educacionais da escola e conduzir a melhoria do processo de ensino do professor e da aprendizagem dos alunos.

O primeiro passo a ser dado pelo Professor Coordenador está nucleado no monitoramento da implantação da atual Proposta Curricular da Secretaria da Educação do Estado. O Professor Coordenador tem, neste momento, seu grande desafio: anunciar a Proposta, esclarecer seus fundamentos e princípios, conduzir a reflexão da comunidade escolar e organizar o planejamento da escola com base na Proposta.

O Professor Coordenador deve assumir sua função como protagonista dessa implantação em parceria com os diretores da sua escola. Para tanto, deve estar preparado para comunicar à comunidade escolar o significado da Proposta Curricular e seus objetivos. Isso exige o conhecimento de todos os documentos até então produzidos, além de técnicas de comunicação e, principalmente, uma postura política e pedagógica transformadora, aberta ao diálogo, colaboradora e transparente.

Não é tarefa fácil transformar o discurso em prática. Serão inúmeras as tensões encontradas. A escola tem uma cultura própria e grandes problemas em seu entorno. O Professor Coordenador terá de enfrentar as resistências, contando com o apoio irrestrito de seus diretores e supervisor. Cabe também à Secretaria esse apoio e, nesse sentido, este Caderno e outras ações vêm auxiliá-lo a conseguir êxito em sua nova empreitada.

No teatro diz-se que a primeira cena define a adesão do público à obra apresentada. O Professor Coordenador irá construir essa primeira cena.

Esperamos que tenha sucesso!

Maria Inês Fini

Coordenadora Geral da Proposta Curricular para o

Ensino Fundamental – Ciclo II e Ensino

Médio do Estado de São Paulo

1. O QUE SE ESPERA DO PROFESSOR COORDENADOR

Os objetivos deste Caderno são fornecer instrumentos para que o Professor Coordenador possa ocupar com competência seu lugar de gestor pedagógico na organização escolar, apoiando a implantação da Proposta Curricular e planejando outras ações para a construção de uma escola pública de qualidade.

Gestão é entendida aqui como o esforço consciente dos sujeitos responsáveis pela escola para gerar mudanças, a partir da tomada de decisões sobre o planejamento, sua aplicação e avaliação. Isso exige competência técnica, participação responsável e compromisso com os resultados educacionais efetivos e significativos.

Até hoje, o Professor Coordenador exerceu a liderança num contexto que não privilegiava suas atividades nas questões pedagógicas de fato, por falta de uma política clara sobre sua função na escola.

A função do Professor Coordenador deve estar centrada na *gestão da qualidade do ensino* oferecido pela escola e na construção de um espaço produtivo para uma convivência social e coletiva mais humana e construtiva da comunidade escolar.

Como Professor Coordenador Gestor esse profissional deve ser capaz de definir e articular múltiplas ações voltadas para a qualidade do ensino e de seus resultados na aprendizagem dos alunos no contexto real onde essas ações acontecem.

A posição ocupada pelo Professor Coordenador e sua representatividade na escola permitem-lhe o poder de decidir e traçar um caminho para os outros agentes envolvidos no processo escolar.

Para tanto, ele deve ter o domínio amplo de uma competência comunicacional, uma vez que a implantação efetiva dos significados da Proposta Curricular, que ele irá representar, prevê a adesão de outros agentes da escola (funcionários, professores, alunos, pais, parceiros externos).

O pressuposto de adesão automática dos significados que serão divulgados incorpora uma visão parcial do ato de comunicação e considera que todos os agentes compartilham das mesmas idéias e do mesmo contexto. Isso não é verdade.

Anunciar a Proposta Curricular como produto a ser consumido pode ser um erro político fatal para o trabalho a ser realizado, principalmente diante da heterogeneidade dos agentes e de seus saberes, vontades e condições profissionais, muitas vezes adversos à adesão política.

O ambiente contrário, não aos significados da Proposta Curricular muitos deles consensuais, mas à forma como são propostos e a quem os propõem, pode ocasionar uma luta dentro da escola pela manutenção de idéias, conhecimentos e posições tradicionais, por falta de articulação entre os agentes.

A falta de um tempo de discussão, pode criar uma hostilidade em relação às idéias divulgadas, ou pior, os agentes podem elogiar a Proposta Curricular, mas não aprofundarem suas concepções, ajustando-as às práticas já existentes.

O ato de comunicar uma proposta deve ser compreendido como um momento único de produção de textos que busca gerar significados para a mudança de idéias e atitudes.

O momento é de leitura e debate da Proposta Curricular. O Professor Coordenador deve considerar que nem sempre os demais agentes entendem os motivos de se empreender os processos de inovação e nem mesmo os significados da Proposta.

A Proposta Curricular não deve ser comunicada como dogma ou “aceite” sem restrição. Ela é viva e precisa ser compreendida como

um texto repleto de significados, em construção. Para que os agentes incorporem a Proposta Curricular em suas práticas, há necessi-

dade de um diálogo vivo e inflamado sobre o que está sendo proposto, isso demanda tempo e muita interação.

| O Professor Coordenador deve | |
|---|--|
| <i>evitar</i> uma postura unilateral... | <i>assumir</i> uma postura consensual... |
| ...prescritiva. | ... reflexiva, crítica e criativa. |
| ...arbitrária, seletiva e classificatória. | ...conceitual, investigativa e construtiva. |
| ...imediatista, que demonstre atitudes discutíveis. | ...processual: avaliar os efeitos em longo prazo. |
| ...que imponha as idéias e utilize linguagem pouco compreensível para a comunidade escolar. | ...que compartilhe com o grupo suas dúvidas e questionamentos e apresente os resultados em diferentes linguagens, adequadas aos diferentes públicos. |
| ...que considere as tensões como o ponto de chegada e geradoras de efeitos punitivos. | ...que considere as tensões como o ponto de partida para articular as novas ações. |
| ...de avaliador “neutro” que dá a palavra final. | ...que facilite a construção das identidades e da Proposta Pedagógica da escola. |

Deve-se evitar a deslegitimação dos processos e saberes já adotados pelos agentes, fazendo crer que eles se comportam de maneira equivocada. A implantação da Proposta Curricular não pode se caracterizar como a substituição das práticas existentes pelo discurso propositivo. A Proposta ainda não foi implantada e só o tempo dirá quais serão as necessidades de sua adequação. As práticas existentes são vivas e devem ser olhadas pelo foco da Proposta Curricular. Esse é um movimento denominado pedagogicamente de ação-reflexão-ação contínua. É um trabalho difícil porque exige, da coordenação pedagógica e de todos os gestores, tempo e paciência, além de atenção constante no processo de comunicação, de registro e de avaliação.

A Proposta Curricular, como qualquer outro texto, tem histórias que as precedem e as seguem. O ceticismo dos agentes ao receberem a Proposta deve ser considerado como um argumento real. Muitos dirão “aí vem mais um pacote, um texto que eu já li e já sei o final”. Os agentes têm razão, e a História da Educação no Brasil pode exemplificar esse argumento. Como fazê-los acreditar que as mudanças propostas serão de fato produtivas?

O Professor Coordenador, para rebater esse argumento, deve estar informado sobre as ações “práticas” da Secretaria, e usar essa informação para convencer os agentes de que a Proposta Curricular é, antes de tudo, uma Proposta Política que apóia os movimentos inovadores escolares e que

aposta na possibilidade de desenvolvimento da autonomia escolar. Para isso, lança mão de pesquisas educacionais permanentes sobre a evolução e avaliação dos critérios de qualidade da gestão e do ensino e de seus resultados.

A Secretaria vê a proposta como um texto dentro de um amplo processo de negociação de significados. Cada escola vai atualizar esse texto da sua forma e construir, assim, seu próprio texto (Proposta Pedagógica).

Para que isso seja possível, a escola precisa, inicialmente, conhecer o texto proposto, identificar-se com ele, reconhecer seu valor, debater os pontos de vista apresentados, enfim, conhecer sua História.

O Professor Coordenador, ao apresentar o texto da Proposta Curricular, deve ressaltar seu caráter histórico e orientador e promover alianças e consensos para sua implantação.

Essa ação pressupõe conhecimento dos principais conceitos sociológicos, políticos, econômicos, educacionais, didáticos e psicológicos. Tais conceitos auxiliam na compreensão de indicadores comuns como, por exemplo, “indisciplina e desinteresse”. O Professor Coordenador deverá saber analisar as causas de questões amplas que afetam o funcionamento da escola, como as culturas de diferentes grupos, a família, a fome, a exclusão econômica e social, os valores difundidos pela mídia, a

violência física e simbólica contra a criança e o jovem, o trabalho, o desemprego, a distribuição de renda etc. Esses fatores, considerados muitas vezes “externos” à escola, são na verdade o contexto do ambiente escolar e geram relações políticas de “atrito” entre aqueles que nele estão. A compreensão desse contexto auxilia a coordenação pedagógica em suas decisões.

A escola é uma organização, com autonomia relativa, a serviço da sociedade. A sociedade, por sua vez, espera que a escola cumpra o papel a ela devido: a formação dos alunos para a atuação social. A escola está relacionada com fatores políticos, legais, econômicos, sociais e culturais e depende deles para atingir as metas previstas. Assim, os conhecimentos desses fatores são fundamentais para a definição de estratégias de gestão e tomadas de decisão em face de situações como desigualdade, valor econômico da educação e recursos disponíveis.

Com apoio em modernas teorias que explicam o desenvolvimento humano e a aprendizagem, espera-se que o Professor Coordenador possa compreender a realidade do processo de ensino-aprendizagem e seus desafios e orientar-se, considerando as relações que afetam o desempenho dos alunos – seja dentro das salas de aula e da escola, seja entre a escola e a comunidade – e os dilemas atuais relativos ao ideal de cidadania responsável e seus correlatos: a formação moral, política e social.

Reconhecendo a função do Professor Coordenador

Natureza

- ▶ Processo de análise crítica visando à gestão pedagógica das atividades escolares.

Enfoque participativo

- ▶ Enfatizar aspectos qualitativos do processo escolar;
- ▶ Tornar esses aspectos comunicáveis;
- ▶ Facilitar o diálogo entre os participantes por meio do autoconhecimento, com a finalidade de transformar as relações interpessoais e, conseqüentemente, melhorar a qualidade da educação.

Interesse

- ▶ Construção de uma Proposta Pedagógica que identifique a instituição escolar.

Compromissos

- ▶ Propiciar uma intervenção democrática, esclarecendo a comunidade escolar sobre o papel da Proposta Curricular como ponto de partida para a construção da identidade da escola;
- ▶ Favorecer a abertura de canais de comunicação entre os participantes em busca de objetivos comuns.

Conceitos básicos

- ▶ Participação;
- ▶ Autoconhecimento;
- ▶ Comunicação;
- ▶ Construção coletiva.

Pressupostos metodológicos de trabalho

- ▶ Provocar a crítica dos participantes valendo-se da observação e descrição dos questionamentos, das linguagens, dos contextos e dos julgamentos da comunidade escolar para isolar suas características mais significativas.
- ▶ Promover ações grupais, incentivando o diálogo, o estudo e a pesquisa.

- ▶ Estimular o autoconhecimento do grupo.
- ▶ Construir a Proposta Pedagógica.

Momentos da avaliação

- ▶ Levantamento de concepções e reações acerca da Proposta Curricular. Descrição da escola (diagnóstico).
- ▶ Comunicação e crítica dos dados.
- ▶ Criação coletiva de novos padrões.
- ▶ Explicitação de uma Proposta Pedagógica com a definição de responsabilidades e compromissos.

Procedimentos

- ▶ Definição de uma sistemática de observação e de registro contínuo dos eventos e das interações, com posterior organização e codificação dos dados obtidos.
- ▶ Estruturação de um sistema de coleta de informações, de entrevistas, questionários e documentos.
- ▶ Estruturação de meios para comunicar os resultados para diferentes públicos e provocar a discussão.
- ▶ Organização de formas facilitadoras para a construção / revisão da Proposta Pedagógica.
- ▶ Organização da informação como instrumento de reformulação.

Tipos de dados

- ▶ Aspectos atitudinais: sentidos, experiências, gestos, expressões corporais, sons, ambientes, comportamentos;
- ▶ Aspectos comportamentais: representações, símbolos, projetos, programas, materiais didáticos, metodologias, processos de avaliação.

Produtos

- ▶ Exposições;
- ▶ Comunicações;
- ▶ Debates;
- ▶ Registros;
- ▶ Relatórios para cada público específico da comunidade escolar.

O Professor Coordenador deve fazer, também, uma reflexão sobre si mesmo como ator e condutor do processo pedagógico da escola. Essa competência exige o desenvolvimento de habilidades pessoais e interpessoais que lhe permitirão compreender o processo grupal e a dinâmica para coordenar grupos de trabalho e suas equipes de forma alinhada ao planejamento. Além disso, ele deve estar preparado para a prática de gestão de pessoas com foco na otimização das competências e geração de resultados.

O Professor Coordenador contará com o apoio irrestrito dos dirigentes de sua es-

cola e dos órgãos centrais e regionais na sua empreitada.

Uma nota necessária

O Professor Coordenador está subordinado aos diretores de sua escola. São eles que respondem, legalmente, sobre as decisões pedagógicas da escola. Qualquer projeto ou ação do Professor Coordenador precisa ter o aceite de seu Diretor, para evitar informações contraditórias ou disputas de poder. Os diretores são os responsáveis pela escola e seu grande líder.

As competências do Professor Coordenador

Por homologia de processos, o Professor Coordenador deve apresentar as mesmas competências requeridas para os alunos, na Proposta Curricular, tendo por foco sua função na gestão escolar. São elas:

1. Saber se comunicar com os diferentes públicos que freqüentam a escola, utilizando as linguagens como meio de comunicação e saber gerir a si próprio e as equipes de trabalho, incrementando uma atitude crítica de reflexão pessoal e profissional.
2. Compreender os conceitos das várias áreas do conhecimento para analisar os processos escolares.
3. Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema relacionadas à gestão pedagógica da escola.
4. Relacionar as informações e os conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir uma argumentação consistente com a finalidade de envolver os participantes da escola na execução das metas para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.
5. Recorrer aos conhecimentos das áreas da Pedagogia para a elaboração de propostas de intervenção solidária na escola, respeitando os direitos humanos e considerando a diversidade sociocultural.

2. CONHECENDO A SUA ESCOLA

O primeiro passo para que se inicie um bom trabalho do Professor Coordenador é ele conhecer sistematicamente sua escola como gestor, para que possa planejar ações de intervenção. Esse conhecimento é fundamental para a construção de sua argumentação junto à comunidade escolar. Os dados e fatos observados sobre o funcionamento e a organização da escola são mais produtivos do que o discurso, pois eles representam as práticas existentes, os problemas e os sucessos reais. É importante

sempre começar identificando os aspectos positivos da escola (seus esforços) para atingir as metas de democratização do ensino e de qualidade da educação oferecida. Os problemas devem ser observados como pontos de reflexão sobre o que se deseja mudar, o que será feito por meio da articulação de planos de trabalho com os demais gestores da escola.

Indicam-se, a seguir, algumas sugestões de observação, análise e registro.

Indicação 1. Dados da sua escola

1. Nome da sua escola / diretoria de ensino: _____

2. Endereço completo da sua escola / diretoria de ensino (rua, bairro, município, CEP):

3. E-mail da sua escola / diretoria de ensino: _____

4. Sua escola está localizada em:

- A. () Perímetro urbano, em região central da cidade.
- B. () Perímetro urbano, em bairro distante do centro da cidade.
- C. () Zona rural.

5. Períodos de funcionamento da sua escola:

- A. () Manhã.
- B. () Tarde.
- C. () Noite.
- D. () Outros.

6. Níveis / modalidades de ensino oferecidos na escola:

- A. () Ensino Fundamental – Ciclo I.
- B. () Ensino Fundamental – Ciclo II.
- C. () Ensino Médio Regular.

- D. () Ensino Médio Regular e Ensino Profissionalizante.
- E. () EJA – Fundamental.
- F. () EJA – Médio.
- G. () EJA – Médio e Profissionalizante.
- H. () Outros: _____
7. Número de alunos matriculados em 2008: _____
8. Número (aproximado) de alunos matriculados em 2007: _____
9. Quantos alunos há, em média, por turma em 2008? _____
10. Como são organizadas as turmas em sua escola?
- A. () Por idade.
- B. () Por ordem de chegada.
- C. () Por desempenho.
- D. () Outras formas: _____
11. Qual foi o índice de repetência, em sua escola, dos alunos matriculados em 2007, por série e segmento?
- A. No Ensino Fundamental – Ciclo I: _____
- B. No Ensino Fundamental – Ciclo II: _____
- C. No Ensino Médio: _____
- D. Na EJA: _____
12. Qual foi o índice de evasão em sua escola dos alunos matriculados em 2007, por série e segmento?
- A. No Ensino Fundamental – Ciclo I: _____
- B. No Ensino Fundamental – Ciclo II: _____
- C. No Ensino Médio: _____
- D. Na EJA: _____
13. Considerando a idade apropriada do aluno, a taxa de defasagem idade / série dos alunos da sua escola em 2008, por série e segmento, é:
- A. Ensino Fundamental – Ciclo I: _____
- B. Ensino Fundamental – Ciclo II: _____
- C. Ensino Médio: _____

14. Quantos professores lecionam em sua escola em 2008?

A. Ensino Fundamental – Ciclo I: _____

B. Ensino Fundamental – Ciclo II: _____

C. Ensino Médio: _____

D. EJA: _____

15. A sua escola tem autonomia para a resolução de problemas:

A. Financeiros? () sim () não

B. Administrativos? () sim () não

C. Pedagógicos? () sim () não

16. Qual foi o desempenho/nota da sua escola no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) realizado em 2006?

A. () A escola não participou.

B. () Desconheço os dados do Enem.

C. () No geral, acima da média nacional.

D. () No geral, próximo à média nacional.

E. () No geral, abaixo da média nacional.

17. Qual foi o desempenho/nota da sua escola no Saresp (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) realizado em 2005, na 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio?

A. () A escola não participou.

B. () Desconheço os dados do Saresp.

C. () Em Língua Portuguesa, acima da média estadual.

D. () Em Matemática, acima da média estadual.

E. () Em Língua Portuguesa, abaixo da média estadual.

F. () em Matemática, abaixo da média estadual.

18. Em sua escola, os dados das avaliações externas anteriormente citadas (assinale quantas alternativas desejar):

A. () São básicos para a formulação da Proposta Pedagógica da Escola.

B. () Não são considerados para a formulação da Proposta Pedagógica da Escola.

C. () São divulgados e discutidos com os professores.

D. () Não são divulgados e discutidos com os professores.

E. () São divulgados e discutidos com os pais e alunos.

F. () Não são divulgados e discutidos com os pais e alunos.

G. () Geram mudanças nas práticas dos professores em sala de aula.

H. () Não geram mudanças nas práticas dos professores em sala de aula.

19. No geral, em qual componente curricular os alunos apresentam maior dificuldade de aprendizagem e baixo desempenho (Ensino Fundamental e Ensino Médio)?

- | | |
|--------------------------|------------------------|
| A. () Língua Portuguesa | B. () Matemática |
| C. () História | D. () Geografia |
| E. () Química | F. () Física |
| G. () Biologia | H. () Arte |
| I. () LEM | J. () Educação Física |
| K. () Filosofia | L. () Ciências |
| M. () Não sei | |

20. No geral, em qual componente curricular os alunos apresentam maior facilidade de aprendizagem e melhor desempenho (Ensino Fundamental e Ensino Médio)?

- | | |
|--------------------------|------------------------|
| A. () Língua Portuguesa | B. () Matemática |
| C. () História | D. () Geografia |
| E. () Química | F. () Física |
| G. () Biologia | H. () Arte |
| I. () LEM | J. () Educação Física |
| K. () Filosofia | L. () Ciências |
| M. () Não sei | |

Indicação 2. Análise da proposta pedagógica da escola

Leia a atual Proposta Pedagógica de sua escola. Observe, analise e registre, se desejar, os seguintes dados:

1. Como a escola é caracterizada na Proposta?

2. Qual a disposição física da escola?

A. Número de salas de aula; _____

B. Sala de professor, sala de diretor, outras salas administrativas; _____

C. Laboratórios, biblioteca, secretaria, quadra, sala-ambiente, laboratório de informática; _____

D. Pátio externo, refeitório, banheiros, quadra de esportes; _____

E. Aspecto externo da escola; _____

F. As instalações funcionam? _____

G. Verificar os aspectos particulares do ambiente em geral. _____

3. Como a escola está organizada:

A. Regimentos escolares; _____

B. Horários de funcionamento; _____

C. Grades curriculares; _____

D. Formas de avaliação; _____

E. Calendário escolar; _____

F. Reuniões de HTPC; _____

G. APM, grêmios estudantis, diretor, coordenador, secretário, funcionários, professores, alunos.

4. Quais os problemas que caracterizam a escola?

A. Retenção; _____

B. Desistência; _____

C. Indisciplina; _____

D. Falta de professores; _____

E. Desinteresse. _____

Indicação 3. Análise das dimensões da sua escola: contextual, comunicacional e didática

A seguir, são apresentados três instrumentos para que você possa fazer um diagnóstico de sua escola. Cada instrumento analisa uma dimensão das relações escolares: dimensão contextual, dimensão comunicacional e dimensão didática.

A sugestão é que se faça um exercício de observação e análise sobre os aspectos indicados. Se desejar, pode reproduzir e aplicar os instrumentos para os professores, pais e alunos, com a finalidade de dirigir algumas reflexões ou pesquisar a visão dos diferentes agentes escolares. Os dados obtidos podem gerar um diagnóstico a ser registrado na Proposta Pedagógica de 2008, ou em planos específicos de ação.

Instrumento 1: dimensão contextual

Aqui foi destacado, para sua observação, o ambiente escolar, o lugar em que a escola está instalada, seu aspecto físico. Observe os aspectos indicados no instrumento e outros. As características do ambiente revelam muito da cultura escolar. Pense em como você se sentiria em uma escola que não cuida de si mesma, que tem os vidros das janelas quebrados, os banheiros sujos, sem sabão nem papel higiênico, as portas da biblioteca fechadas etc. Examine sua escola e verifique o que precisa ser mudado, o que está funcionando e por que funciona ou não. Alguns planos poderão ser previstos para modificar o ambiente. Discuta essa questão com seu Diretor. Lembre-se de que seu papel não é só de criticar, mas sim de motivar e propor soluções. Aspectos positivos observados podem servir de modelo para ressaltar o valor das pessoas que os conduziram e gerar o registro de experiências bem-sucedidas.

Instrumento 2: dimensão comunicacional

Nesse âmbito estão incluídos o debate, a fala, a interação e a expressão. Pode parecer fácil, mas é justamente aqui que as “coisas” emperram. O diálogo realizado em espaço escolar é algumas vezes medroso, cheio de autoritarismo, inibidor das novas idéias e, outras vezes, ao contrário, é agressivo, impetuoso, “indisciplinado”. Não há na escola uma cultura que leve em consideração as diferentes vozes, os distintos pontos de vista, a história e a tradição de seus participantes. Não se permite de fato os “turnos do diálogo em situação pública de interação”, ou seja, a situação em que um fala e o outro ouve, e vice-versa, publicamente e respeitosamente. Observe, com base no instrumento proposto, as relações de comunicação em sua escola. Como na dimensão anterior, registre experiências bem-sucedidas e formule planos para resolver os problemas observados. Seu papel é o de criador de espaços de comunicação, de mediador entre as diferenças, de construtor de consensos.

Instrumento 3: dimensão didática

A mudança não pode estar centrada apenas no discurso: devem-se mudar as formas de agir e ser. Há mudanças no olhar, no sentir, no se relacionar e em pequenos detalhes que parecem sem importância. No entanto, elas acabam por conduzir e renovar as escolhas. Não há escolha que esteja desvinculada da avaliação como um valor arbitrário e simbólico, determinado por um contexto. Conviver com a avaliação explícita é um ato difícil, significa que cada um deve se engajar em relação ao outro. Avaliar indica uma posição de distanciamento dos fatos ocorridos, uma reflexão, uma ponderação. A avaliação pressupõe um projeto definido de antemão e sua execução no decorrer do tempo. Não se esqueça de que este é o centro da sua função. Só há de fato uma nova cultura escolar quando as relações didáticas estão fortemente estabelecidas e definidas. Observe os indicadores do instrumento, analise os aspectos positivos de sua escola e aqueles que precisam de planos de ação.

Instrumento 1. Dimensão contextual

Assinale sim ou não:

| Na minha escola... | SIM | NÃO |
|---|-----|-----|
| Há portaria limpa e segura. | | |
| Há preocupação com a limpeza e organização do ambiente na entrada/dentro da escola. | | |
| Há quadras em boas condições para a prática de esportes. | | |
| Há materiais esportivos suficientes para todos os alunos. | | |
| Há laboratórios adequados de Ciências Naturais. | | |
| Há anfiteatro/auditório. | | |
| Há sala de vídeo. | | |
| Há recursos pedagógicos (quadro de giz, retroprojektor etc.) adequados para as salas de aula. | | |
| Há sala de informática com computadores disponíveis para alunos, professores e pais. | | |
| Há responsável presente em tempo integral na sala de informática para atender os usuários. | | |
| Há biblioteca com número de títulos atualizados e disponíveis para alunos, professores e pais. | | |
| Há organização dos livros da biblioteca dentro dos padrões normativos. | | |
| Há bibliotecário ou responsável presente em tempo integral na biblioteca para atender os usuários. | | |
| Há livros didáticos suficientes para todos os alunos. | | |
| Há uma organização produtiva na secretaria para atender os usuários. | | |
| Há banheiros limpos com lixeira, papel higiênico e sabão para os usuários. | | |
| Há salas de aula com boa ventilação, iluminação, acústica e limpeza. | | |
| Há número suficiente de carteiras com boa estrutura para todos os alunos. | | |
| Há sala de professores adequada (com armários individuais, mesa para reunião, cadeiras confortáveis, limpeza, ventilação etc.). | | |

Instrumento 2. Dimensão comunicacional

Assinale sim ou não:

| Na minha escola... | SIM | NÃO |
|--|-----|-----|
| Há painéis informativos atualizados em locais de grande circulação de pessoas. | | |
| Há informações atualizadas, à disposição da comunidade escolar, sobre o Plano de Gestão da escola. | | |
| Há informações à disposição dos usuários sobre os recursos recebidos e gastos pela escola. | | |
| Há comunicação das expectativas de aprendizagem para alunos e pais. | | |
| Há divulgação pública do índice de absenteísmo e atraso dos professores, diretores e funcionários. | | |
| Há divulgação pública dos processos, datas e horários de avaliação e recuperação dos alunos. | | |
| Há diretrizes públicas específicas e funcionais de disciplina de alunos, professores e comunidade em geral. | | |
| Há informações públicas sobre matrículas dos alunos, transferências, remanejamentos e históricos. | | |
| Há respeito ao código de conduta pela comunidade escolar. | | |
| Há normas disciplinares aplicadas para todos da mesma forma sempre que o código de conduta é desrespeitado. | | |
| Há normas disciplinares públicas de caráter educativo e preventivo. | | |
| Há estímulo positivo para as ações realizadas pela comunidade escolar. | | |
| Há painéis sobre o Plano de Gestão com metas, gráficos de resultados, missão e dados gerais da escola. | | |
| Há painéis na sala dos professores com indicações sobre a escola, legislação, horários, desempenho dos alunos. | | |
| Há Diário Oficial disponível na sala dos professores. | | |

| Na minha escola... | SIM | NÃO |
|---|-----|-----|
| Há uma comissão para definir o processo de aquisição de bens e contratação de serviços. | | |
| Há campanhas educativas para a comunidade escolar sobre drogas, saúde mental e física, gravidez precoce, prevenção de doenças, violência, coleta de lixo etc. | | |
| Há reuniões sistemáticas entre pais e mestres. | | |
| Há reuniões sistemáticas do Núcleo Gestor com o corpo docente. | | |
| Há cooperação e harmonia entre os participantes da equipe escolar. | | |
| Há comprometimento político e profissional de todos os participantes da comunidade escolar. | | |
| Há cooperação e harmonia entre a equipe escolar e os alunos. | | |
| Há cooperação e harmonia entre a equipe escolar e os pais. | | |
| Há envolvimento dos alunos nas decisões relativas à melhoria da escola. | | |
| Há envolvimento de todos os professores nas decisões relativas à melhoria da escola. | | |
| Há envolvimento dos pais nas decisões relativas à melhoria da escola. | | |
| Há participação do Núcleo Gestor nas assembleias escolares. | | |
| Há presença constante do Núcleo Gestor em dependências da escola (além de sua sala de trabalho) para dialogar com a comunidade escolar. | | |
| Há preocupação dos profissionais com o modo de vestir, com aparência e formas de comportamento (falar alto, sentar sobre as mesas, fumar etc.). | | |
| Há pontualidade e presença de funcionários, professores, diretores. | | |
| Há disponibilidade de atendimento público durante todo o período de funcionamento da escola pela secretaria e diretoria. | | |
| Há informações claras, precisas e legais sobre as necessidades apresentadas por alunos, professores, pais e outros. | | |

| Na minha escola... | SIM | NÃO |
|--|-----|-----|
| Há planejamento cooperativo de aulas entre professores de disciplinas afins e de outras disciplinas. | | |
| Há participação voluntária da comunidade escolar para resolver os problemas da escola. | | |
| Há promoção sistemática de eventos culturais, esportivos, intelectuais para a comunidade escolar e do entorno da escola. | | |
| Há Conselho Escolar participante. | | |
| Há agendamento das reuniões do Conselho Escolar de forma que todos possam participar. | | |
| Há interferência do Conselho Escolar sobre os processos de ensino e aprendizagem. | | |
| Há consenso da comunidade escolar sobre os objetivos, metas e estratégias do plano escolar. | | |
| Há consenso da comunidade escolar sobre o horário escolar, calendário, livros didáticos. | | |
| Há discussão e definição do currículo por toda a equipe escolar. | | |
| Há instrumentos de avaliação de desempenho da escola, de professores e alunos. | | |
| Há avaliação sistemática sobre o funcionamento da escola, o desempenho da equipe escolar, o currículo etc. e discussão pública dos resultados. | | |
| Há parcerias com empresas, ONGs, Universidades e outros. | | |
| Há planos para estabelecer e gerenciar parcerias com a comunidade externa. | | |
| Há planos para propor às organizações locais que garantam a sustentabilidade do currículo. | | |
| Há compreensão da comunidade escolar sobre os itinerários de formação de jovens e adultos no contexto social no qual a escola está inserida. | | |

| Na minha escola... | SIM | NÃO |
|--|-----|-----|
| Há definição de estratégias de gestão e tomada de decisões em face de situações como desigualdade, valor econômico da educação e recursos disponíveis. | | |
| Há informações bimestrais para os alunos sobre o plano de ensino de cada disciplina. | | |
| Há informações bimestrais para os pais sobre o plano ensino de cada disciplina. | | |
| Há planejamento de atividades de aprendizagem em grupo em sala de aula, fora da sala de aula e entre as turmas das mesmas ou de outras disciplinas. | | |
| Há desenvolvimento de projetos interdisciplinares. | | |
| Há monitoramento contínuo da aprendizagem dos alunos e conhecimento de quais e quantos alunos têm dificuldades e em quais conteúdos. | | |
| Há relatórios sobre o desempenho dos alunos e eles recebem esses relatórios para discussão. | | |
| Há acompanhamento do Núcleo de Gestão dos resultados de aprendizagem e sugestão para a melhoria no desempenho. | | |
| Há devolução e comentários, em tempo próximo, de todos os trabalhos realizados pelos alunos, inclusive as provas. | | |
| Há participação ativa e de interesse dos alunos nas aulas. | | |

- ▶ Se desejar, especifique outros aspectos descritivos não contidos nas afirmativas acima que podem ser apontados como problemas comunicacionais da sua escola.
- ▶ Construa um documento à parte no qual você copiará as frases em que assinalou **NÃO**. Identifique e registre **as causas dessas situações e de que forma elas influenciam no desempenho dos alunos e no trabalho dos professores**.
- ▶ Formule um plano para resolver os problemas identificados. Apresente-os ao Diretor de sua escola.
- ▶ As frases assinaladas com **SIM** provavelmente refletem os aspectos comunicacionais positivos de sua escola. Descreva-os e analise como eles foram resolvidos e de que forma melhoraram o desempenho dos alunos e o trabalho dos professores.

Instrumento 3. Dimensão didática

Assinale sim ou não:

| Na minha escola... | SIM | NÃO |
|--|-----|-----|
| Há cumprimento de todos os dias letivos previstos no calendário escolar, obedecendo ao início e término das aulas em cada turno. | | |
| Há aplicação em sala de aula de metodologias de ensino diversificadas. | | |
| Há utilização de metodologias inovadoras. | | |
| Há utilização sistemática de televisão, vídeo, computador e outros recursos didáticos. | | |
| Há utilização sistemática da biblioteca. | | |
| Há utilização sistemática da sala de informática. | | |
| Há utilização sistemática do laboratório de Ciências Naturais. | | |
| Há correção individual das atividades realizadas em aula. | | |
| Há comentários sobre os desvios dos alunos nas atividades realizadas. | | |
| Há proposição de atividades para casa. | | |
| Há realização, por parte dos alunos, das tarefas de casa propostas. | | |
| Há livros didáticos para todos os alunos. | | |
| Há planos diários ou semanais de aula. | | |
| Há cumprimento dos planos de ensino das disciplinas. | | |
| Há, nos planos de disciplina, pontos específicos e avaliáveis de aprendizagem de habilidades/conteúdos. | | |
| Há uma proposta bimestral específica de recuperação da aprendizagem de habilidades/conteúdos por disciplina. | | |
| Há situações de avaliação interdisciplinares. | | |

| Na minha escola... | SIM | NÃO |
|--|-----|-----|
| Há aplicação e análise de testes diagnósticos de avaliação. | | |
| Há utilização de padrões de desempenho para avaliar a aprendizagem dos alunos. | | |
| Há apoio didático-pedagógico externo para a equipe escolar. | | |
| Há procura, pela equipe escolar, de apoio didático-pedagógico externo. | | |
| Há objetivo explícito, no ensino das disciplinas, relacionado ao exercício da cidadania. | | |
| Há objetivo explícito, no ensino das disciplinas, de estabelecer relações com o mundo do trabalho. | | |
| Há objetivo explícito, no ensino das disciplinas, de desenvolver a participação social. | | |
| Há objetivo explícito, no ensino das disciplinas, de estimular a autonomia para a aprendizagem. | | |
| Há aplicação, nos planos de aula, dos parâmetros curriculares nacionais para as disciplinas. | | |
| Há, no currículo da escola, uma abordagem interdisciplinar. | | |
| Há projetos didáticos para o desenvolvimento de habilidades de leitura e produção de textos. | | |
| Há projetos didáticos para atendimento à comunidade carente. | | |
| Há projetos didáticos para reciclagem do lixo e manutenção do meio ambiente. | | |
| Há projetos didáticos para preservação da saúde mental e física. | | |
| Há projetos didáticos para estudo e registro das atividades culturais da comunidade. | | |
| Há análise de fatores políticos, legais, econômicos, sociais e culturais da comunidade para compreensão do papel social da escola. | | |
| Há conhecimento e aplicação, no desenvolvimento do currículo da escola, das bases vigentes legais e estruturais da educação para a política educacional. | | |

3. O QUE É A PROPOSTA CURRICULAR DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO? COMO IMPLANTÁ-LA?

Se você respondeu aos questionários anteriores, agora conhece melhor a cultura de sua escola, seus sucessos e problemas. Com certeza já tem planos de intervenção a serem negociados e registros de boas experiências a serem divulgadas.

Neste momento do ano, você já vivenciou também o Projeto São Paulo Faz Escola, edição especial da Proposta Curricular (Recuperação Intensiva), que ocorreu nas primeiras semanas do ano letivo de 2008, com a distribuição do **Jornal do Aluno** e da **Revista do Professor**, para professores e alunos de todas as séries do Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio. O Projeto é uma evidência de que a Secretaria da Educação está disposta a não medir esforços para atender às necessidades de aprendizagem dos alunos e ajudar os professores e a escola nesse sentido. Logo mais, neste texto, o Projeto será retomado para sua reflexão.

Os pilares da Proposta Curricular

Este tópico vai retomar os principais fundamentos da Proposta Curricular que será implantada em sua escola. Ao estudar para o concurso, você certamente já compreendeu bem muitos deles. No entanto, para os professores, pais e alunos eles ainda são novidades. Esta é, portanto, a ação inaugural do seu papel de Professor Coordenador: divulgar a Proposta Curricular. Em tópico anterior, já foram destacados os cuidados que você deve ter ao comunicá-la. Esteja preparado, pois esta é sua primeira cena.

A Proposta Curricular faz parte de um plano político para a melhoria da qualidade do ensino oferecido pelas escolas públicas do Estado de São Paulo. Ela é válida, portanto, para todas as escolas que compõem o sistema estadual de ensino. Esse, provavelmente, é seu principal argumento: a sua escola faz parte de um sistema de ensino.

Segundo a LDB 9.394/96, a Proposta Pedagógica da escola deve ser definida com autonomia pelos estabelecimentos de ensino, de acordo com as regras dos sistemas de ensino a que estão subordinados. Esse aspecto legal, muitas vezes, é pouco compreendido. Seu significado é que a escola tem uma autonomia relativa na definição de sua Proposta Pedagógica. Assim, há limites, que são prerrogativas do sistema. No caso de sua escola, quem determina esses limites é o sistema estadual (há outros sistemas, como o municipal e o federal, que legislam sobre as escolas). A Proposta Curricular que se anuncia é um desses limites.

A Proposta Curricular é uma ação relacionada a um plano político para a educação oferecida pelo sistema estadual. O Plano Político Educacional do Governo do Estado de São Paulo definiu quatro metas diretamente relacionadas com a função do Professor Coordenador na escola que visam, em sua essência, à melhoria da aprendizagem do aluno. Conheça essas metas no quadro a seguir.

| As dez metas do novo Plano Político Educacional do Governo do Estado de São Paulo |
|---|
| 1. Todos os alunos de 8 anos plenamente alfabetizados. |
| 2. Redução de 50% das taxas de reprovação da 8ª série. * |
| 3. Redução de 50% das taxas de reprovação do Ensino Médio. * |
| 4. Implantação de programas de recuperação de aprendizagem nas séries finais de todos os ciclos de aprendizagem (2ª, 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio). * |
| 5. Aumento de 10% nos índices de desempenho do Ensino Fundamental e Médio nas avaliações nacionais e estaduais. * |
| 6. Atendimento de 100% da demanda de jovens e adultos de Ensino Médio com currículo profissionalizante diversificado. |
| 7. Implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, com prioridade à municipalização das séries iniciais (1ª a 4ª séries). |
| 8. Programas de formação continuada e capacitação da equipe. |
| 9. Descentralização e/ou municipalização do programa de alimentação escolar nos 30 municípios ainda centralizados. |
| 10. Programa de obras e melhorias de infra-estrutura das escolas. |
| * As metas em destaque devem estar presentes em seu plano de ação. |

Os direitos constitucionais, reafirmados pela LDB 9.394/96, de democratização da educação para todos, são retomados no Plano acima como o direito de efetivamente se aprender na escola a cultura que a escola socializa: os atos de ler e de escrever, os processos matemáticos, históricos, científicos etc.

Os indicadores das avaliações externas (Saeb, Saresp, Pisa) sobre o domínio dos alunos desses saberes são desalentadores. Há necessidade de uma intervenção pedagógica imediata. A escola não pára. As gerações que por ela passam não podem ficar prejudicadas por falta de uma política radical que defina, implante e avalie a aprendizagem desses saberes com alto valor social. Os alunos têm direito de aprender. Esse é o lema da atual política. Esse deve ser o lema de sua escola.

| Ações imediatas para a implantação do programa São Paulo Faz Escola |
|---|
| ▶ Implantação de Base Curricular Comum para toda a rede estadual (Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio). |
| ▶ Divulgação dos conteúdos básicos de aprendizagem para todas as séries do Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio. |
| ▶ Distribuição das propostas curriculares (por disciplina) e orientações de práticas de sala de aula para os professores de disciplinas/séries do Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio. |
| ▶ Seleção de 8 mil Professores Coordenadores para apoio à implantação e orientação do programa. |
| ▶ Implantação da avaliação bimestral dos alunos e de processos contínuos e dirigidos de recuperação. |

A Proposta Curricular tem seus princípios estabelecidos em pilares pedagógicos, didáticos, psicológicos, sociológicos, filosóficos, políticos e legais que refletem as pesquisas, as teorias e as necessidades educacionais. Evidente que a assimilação desses princípios demanda muito conhecimento sobre a função social da escola. Vale aqui lembrar a insuficiente formação dos professores nas áreas citadas, o que fará com que o Professor Coordenador encontre na escola muitas opiniões de senso comum, com uma reflexão pouco sistematizada sobre a educação pública.

Entretanto, não é hora de antagonismos. A capacitação em serviço e as várias ações previstas pela SE procurarão ajudá-lo a superar esse caráter formativo do professor.

O Professor Coordenador deve lembrar-se de sua função cooperativa e colaboradora na relação com os professores. Não se deve atribuir ao professor mais tarefas, além daquelas que são específicas de sua função: preparar e ministrar as aulas, avaliar e acompanhar a aprendizagem dos alunos. O tempo do professor é precioso e deve ser totalmente dedicado às atividades de sala de aula. Um conselho: evite as burocracias. Os professores vivem em clima de “panela de pressão”.

Importante nesta etapa é implantar a Proposta Curricular, identificar as tensões e criar consensos. Separar claramente o que é desejável e o que é viável. Você já realizou o perfil de sua escola. O perfil de sua escola que você estabeleceu a partir dos instrumentos sugeridos por este Caderno (do ambiente, dos docentes, dos alunos, dos pais, dos funcionários e dos gestores) deve servir de base para as discussões, que podem ser iniciadas por debates públicos com os diferentes segmentos da população escolar.

Recursos disponíveis

Os professores serão os primeiros a participar dos debates propostos (logicamente os gestores já devem ter assimilado a visão dos princípios da proposta, até porque serão eles que organizarão os encontros). Serão distribuídos 12 cadernos com Propostas Curriculares de Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio por disciplina: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, LEM – Inglês (área Linguagens e Códigos e suas Tecnologias); História, Geografia, Filosofia (área Ciências Humanas e suas Tecnologias); Ciências, Física, Química, Biologia (área Ciências da Natureza e suas Tecnologias); e Matemática (área Matemática).



Nesses cadernos, há alguns textos comuns:

- ▶ Apresentação;
- ▶ Princípios para um currículo comprometido com seu tempo;
- ▶ A área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias;
- ▶ A área de Ciências Humanas e suas Tecnologias;
- ▶ A área de Linguagens e Códigos e suas Tecnologias;
- ▶ A Matemática e as áreas do conhecimento;

São textos que sintetizam a Proposta Curricular e apresentam os princípios que devem ser lidos e compreendidos, em conjunto, por todos os professores, na tentativa de organizar consensos sobre os pontos comuns da Proposta (em outro tópico serão apresentadas sugestões para organizar o debate a respeito). O objetivo é definir um conjunto de direitos e deveres recíprocos para a construção de compromissos com o ensino e a aprendizagem, evitando-se o discurso do fracasso da escola.

Cabe ao Professor Coordenador otimizar o debate e identificar as presenças e abstenções, as interações estabelecidas, os consensos, as tensões, as interpretações, as críticas, as dúvidas, as demandas específicas dos participantes.

É importante, durante as discussões, saber identificar “as primeiras impressões”, mais até do que realizar intervenções precipitadas. É preciso oferecer um espaço para que os professores expressem suas opiniões, questionem o sistema e até duvidem do proposto. O Professor Coordenador deve fazer observações e anotações das falas e das interações dessa etapa, ou pedir que um estagiário (se houver) o faça. Esse registro pode servir, em outro momento, para planejar as intervenções futuras, que devem ser pensadas com os pares (outros Professores Coordenadores) e com o Diretor da escola. Lembre-se de que seu papel é de articulador e que a prescrição cabe ao Diretor da escola.

Segue um quadro-resumo dos princípios da Proposta Curricular. O Professor Coordenador deve estar preparado para apresentá-lo aos professores antes mesmo da leitura dos textos iniciais, considerando que o processo de construção da Proposta se caracteriza pelo respeito ao saber já construído pelas escolas públicas do sistema estadual de ensino e também por sua valorização. Não haverá modismos e nem rupturas na Proposta, uma vez que ela se caracteriza como um instrumento de orientação para a gestão do currículo na escola e da aprendizagem na sala de aula.

Estrutura da proposta

Princípios da organização curricular:

- ▶ Currículo é cultura.
- ▶ O currículo deve ser referido a competências.
- ▶ O currículo tem como prioridade as competências leitora e escritora.
- ▶ O currículo deve articular as competências para aprender.
- ▶ O currículo é contextualizado no mundo do trabalho.

O Documento 1 (12 Propostas Curriculares organizadas por disciplina do Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio), que os professores devem receber, tem por finalidade apresentar os textos com os fundamentos gerais da Proposta (textos iniciais comuns já citados) e textos específicos por disciplina.

Os textos gerais (ver Propostas de Disciplina, páginas de 8 a 40), quando possível, devem ser lidos conjuntamente pelos professores das áreas (Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e Ciências da Natureza), podendo os professores de Matemática ser distribuídos pelas três áreas, evitando-se neste momento a discussão estritamente disciplinar e buscando uma discussão mais pedagógica, como os textos gerais sugerem.

Sumário

Apresentação 8

1. Uma educação à altura dos desafios contemporâneos 9

2. Princípios para um currículo comprometido com o seu tempo 12

 1. O currículo como projeto de futuro 12

 2. A aprendizagem como referência 13

 3. A aprendizagem como referência 13

 4. A aprendizagem como referência 13

 5. A aprendizagem como referência 13

 6. A aprendizagem como referência 13

 7. A aprendizagem como referência 13

 8. A aprendizagem como referência 13

 9. A aprendizagem como referência 13

 10. A aprendizagem como referência 13

A área de Ciências Humanas e suas Tecnologias 26

A área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias 28

1. A presença das Ciências da Natureza na sociedade contemporânea 28

2. A aprendizagem na área das Ciências da Natureza na educação de hoje 29

A área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias 34

A Matemática e as áreas do conhecimento 37

Por que uma área específica para a Matemática? 38

Proposta Curricular do Estado de São Paulo para a disciplina de Matemática 41

Introdução ensino Matemática 41

A presente proposta 44

O que ensinar: conteúdos fundamentais 45

Competências: eixos fundamentais 47

Grade curricular e o tema gerador 49

Como é possível observar nesse exemplo de sumário, a partir da página 41 começam a ser apresentados os fundamentos da Proposta Curricular de cada disciplina. A discussão desses tópicos, preferencialmente, deve ser feita por professores específicos das disciplinas. Esta discussão deve gerar o plano de ensino das disciplinas.

Neste momento, o Professor Coordenador pode também distribuir para o grupo os Cadernos do Professor do primeiro bimestre, por disciplina e série (63 Cadernos), com a proposição de atividades de sala de aula, de avaliação e de recuperação, além de indicação de recursos e bibliografia.

FICHA DO CADERNO

Vida e ambiente: O ambiente natural e o ambiente construído

Nome da disciplina: Ciências

Área: Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Etapas da educação básica: Ensino Fundamental

Série: 5ª

Período letivo: 1º bimestre de 2008

Aulas semanais: 2

Semanas previstas: 8

Aulas no bimestre: 16

Temas desenvolvidos: Os seres vivos e os fatores não-vivos do ambiente; Tipos de ambiente e especificidade; Características, localização geográfica, biodiversidade, proteção e conservação dos ecossistemas brasileiros; A dependência dos seres vivos em relação aos fatores não-vivos; Ciclo hidrológico do planeta; O fluxo de energia nos ambientes; relações alimentares – produtores, consumidores e decompositores; A ocupação dos espaços urbanos e suas consequências; O uso sustentável dos recursos naturais.

Autores: João Carlos M. T. Micheloni Neto, Mário Roberto e Silva, Maria Augusta Queiroz Rodrigues Pereira.

A cada bimestre do ano de 2008, os professores receberão Cadernos bimestrais por disciplina/série, cujo conteúdo deve ser seguido para que sejam implantados efetivamente em sala de aula os processos descritos na Proposta Curricular.

Nos Cadernos do Professor há orientações específicas para aplicação das atividades junto aos alunos.

| Material | Especificação |
|---|--|
| Proposta Curricular | 12 cadernos, um por disciplina, com os fundamentos e princípios da proposta curricular e o conteúdo programático para cada uma das disciplinas do Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio. |
| Proposta Curricular. Cadernos do Gestor | 4 cadernos. Um para cada bimestre de 2008. |
| Proposta Curricular do Professor | 252 cadernos ao longo do ano de 2008, 63 por bimestre: um para cada disciplina/série do Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio. Os primeiros cadernos de cada disciplina deverão chegar às Diretorias na semana de 25/03/08. |

| Material | Especificação |
|---|---|
| DVD – São Paulo Faz escola. Proposta Curricular 1º bimestre | Vídeos com a participação dos especialistas autores que discutem os fundamentos e princípios da proposta, das áreas e das disciplinas, como apoio para as discussões das equipes escolares para implementação da proposta curricular. O primeiro DVD deve chegar às Diretorias na semana de 25/03/08. |
| Materiais de apoio para as escolas | CDs com conteúdos de apoio para as atividades propostas nos Cadernos do Professor . Os primeiros CDs devem chegar às DEs a partir da semana de 25/03/08, com material de apoio para os cadernos do professor de Arte e Geografia. |

Para finalizar, o Professor Coordenador deve estar atento à seguinte afirmativa: **sem o apoio dos professores nenhuma proposta é implementada de fato.**

Após esse primeiro exercício de divulgação da Proposta Curricular para os professores, é

hora de pensar como será realizado o anúncio da Proposta para os pais, alunos e funcionários e como será realizado o acompanhamento da implantação da Proposta Curricular em sala de aula. Um plano de imediato deve ser articulado e agendado. Discuta esse plano com seu Diretor.

Uma nota necessária

É preciso uma menção sobre a passagem do período de Recuperação Inicial para o da Proposta Curricular. A implantação da Proposta Curricular já começou quando da realização do período de Recuperação Inicial. Há uma continuidade nesse processo e o Professor Coordenador fará a transição entre o período de Recuperação Inicial e a implementação da Proposta.

Após a avaliação junto aos professores do processo de recuperação, que foi realizado neste início de ano letivo, o Professor Coordenador deve mostrar como as práticas vivenciadas estão articuladas com as práticas que se apresentam na Proposta Curricular.

Tanto o Projeto de Recuperação Inicial quanto as Propostas Curriculares por disciplina defendem os mesmos princípios, articulam materiais didáticos para professores e alunos e dividem os mesmos objetivos – a melhoria da aprendizagem dos alunos e da docência dos professores.

4. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A implementação da Proposta agora já conhecida por todos precisa de um plano de avaliação. O sucesso desse projeto deve estar refletido na aprendizagem dos alunos, uma vez que é ela que representa a qualidade do ensino oferecido pela escola.

Se todos os alunos aprenderem mais, pode-se dizer que os esforços dos professores, gestores e da Secretaria deram certo.

As Propostas Curriculares das disciplinas apresentam metas de aprendizagem por séries/bimestres do Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio. Os alunos devem aprender determinados conteúdos e habilidades, no bimestre, para que possam acompanhar os conteúdos e habilidades dos bimestres subsequentes. As Propostas indicam um processo de subordinação entre conteúdos e habilidades, distribuídos em séries e bimestres. Isso quer dizer que há uma estrutura curricular interna que considera o bimestre como tempo mínimo de aprendizagem.

Esses conteúdos/habilidades bimestrais indicados nas Propostas Curriculares das disciplinas devem ser observados pelo prisma dos Cadernos do Professor de cada disciplina, série e bimestre. Nesses Cadernos, há orientações específicas de aulas, avaliações, recursos, metodologias etc. Essas orientações pressupõem a aprendizagem do aluno dos conteúdos/habilidades determinados para o bimestre, nas Propostas das disciplinas, inclusive os casos de recuperação de alunos que não conseguiram o domínio dos conteúdos/habilidades indicados nas Propostas.

É de responsabilidade do Professor Coordenador articular os modos de verificação e o registro das aprendizagens e os encaminhamentos para a

recuperação. Logo após o anúncio da Proposta, durante as HTPCs, o Professor Coordenador deve definir com os professores como será o processo de avaliação das aprendizagens e a implementação das atividades indicadas no Caderno do Professor de disciplina/série/bimestre.

Os Assistentes Técnico-Pedagógicos (ATPs) das Diretorias de Ensino auxiliarão o Professor Coordenador a sistematizar o acompanhamento desse processo nas escolas, propondo modos de registro das metas cumpridas e esclarecendo dúvidas sobre o uso dos Cadernos do Professor de disciplina/série/bimestre em sala de aula.

Proposta Curricular do Estado de São Paulo

Ciências

Proposta Curricular da disciplina de Ciências

Ensino Fundamental – Ciclo II

5ª Série

| Subtemas por bimestre | Conteúdos gerais | Conteúdos específicos |
|--------------------------------|---------------------|--|
| 1º Bimestre O MEIO AMBIENTE | Ambiente natural | <ul style="list-style-type: none"> Os seres vivos e os fatores não-vivos do ambiente. Tipos de ambiente e especificidade: caracterização, localização geográfica, biodiversidade, proteção e conservação dos ecossistemas brasileiros. Existência do ar, da água e do solo e a dependência dos seres vivos. Ciclo hidrológico do planeta. Formação dos solos e produção de alimentos. O fluxo de energia nos ambientes e ecossistemas: transformação da energia luminosa do Sol em alimento. Relações alimentares: produtores, consumidores e decompositores. |
| | Ambiente construído | <ul style="list-style-type: none"> A ocupação desordenada dos espaços urbanos e suas consequências. O uso sustentável dos recursos naturais. |

TEMA: VIDA E AMBIENTE

48

Recuperação da Aprendizagem

Art. 1º – A recuperação da aprendizagem constitui mecanismo colocado à disposição da escola e dos professores para garantir a superação de dificuldades específicas encontradas pelos alunos durante o seu percurso escolar e ocorre de diferentes formas, a saber:

I – contínua: a que está inserida no trabalho pedagógico realizado no dia-a-dia da sala de aula, constituída de intervenções pontuais e imediatas, em decorrência da avaliação diagnóstica e sistemática do desempenho do aluno;

II – paralela: destinada aos alunos do Ensino Fundamental e Médio que apresentem dificuldades de aprendizagem não superadas no cotidiano escolar e necessitem de um trabalho mais direcionado, em paralelo às aulas regulares, com duração variável em decorrência da avaliação diagnóstica;

III – de ciclo: constitui-se em um ano letivo de estudos para atender aos alunos ao final de ciclos do Ensino Fundamental que demonstrem não ter condições para prosseguimento de estudos na etapa posterior.

Art. 2º – Para o desenvolvimento das atividades de recuperação paralela, cada unidade escolar deve elaborar projetos especiais a serem desenvolvidos ao longo do ano letivo, na seguinte conformidade:

I – no primeiro semestre, a partir do início de março até o final de junho;

II – no segundo semestre, a partir do início de agosto até o final de novembro.

§ 1º – O aluno permanecerá nas atividades de recuperação somente o tempo necessário para superar a dificuldade diagnosticada.

Resolução SE – 6, de 24-1-2008

* Leia a Resolução completa colocada em texto anexo.

Propostas para organizar o processo de avaliação em sua escola

Antes de iniciar a reflexão sobre de que forma o processo de avaliação da implementação da Proposta Curricular deverá ser feito, analise como sua escola realiza atualmente a avaliação da aprendizagem. Para isso, oferecemos um roteiro de perguntas.

1. Como sua escola define a terminalidade das séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (se houver)? Quais conteúdos/competências são definidos? Como esses conteúdos/competências foram definidos? Eles são avaliáveis e avaliados? Como?
2. De que forma são realizados os ajustes do projeto da escola? Com que periodicidade?

3. Como está definido no projeto da escola o processo de avaliação da aprendizagem e os instrumentos de acompanhamento e de avaliação? De que forma se verifica se as competências previstas foram efetivamente construídas?
4. Que procedimentos são adotados quando se observa que o aluno não construiu as competências requeridas? Quais os instrumentos de controle e registro são utilizados?
5. Como sua escola interpreta os resultados das avaliações externas (Saeb, Enem, Saresp)?

Nas práticas escolares contemporâneas, os fatores internos (sensibilidade, motivação, emoção, auto-expressão) associam-se aos externos (cânones, valores culturais, saberes científicos e técnicos, história da arte, literatura), consolidando os aspectos sensível e cognitivo da avaliação.

A avaliação requer cuidados por se tratar de uma área na qual os produtos do fazer do aluno expressam sua cultura e subjetividade.

É necessário considerar os modos de aprendizagem e as características pessoais dos estudantes, o que supõe uma análise dos contextos de aprendizagem e condições geradas pelos diversos níveis de ensino.

O aprender deve ser compartilhado entre alunos e professores, cada um procurando desenvolver instrumentos de regulação das aprendizagens. Se os critérios e orientações de avaliação forem compartilhados, os alunos poderão auxiliar e acompanhar o percurso das próprias aprendizagens.

A avaliação pressupõe juízo de valor e uma marca da subjetividade do avaliador, que deve ser objetivada por critérios e resultados. De qualquer modo, a quantificação em si é insuficiente para retratar os percalços da aprendizagem de cada aluno. Assim, as mudanças positivas percebidas nos estudantes precisam ser qualificadas, mesmo que não correspondam ao esperado ou que não possam ser expressas em notas.

A avaliação não pode ser um instrumento de controle, de constatação pura e simples, mas um instrumento de aprendizagem e reorientação do planejamento das situações de ensino.

Tanto o professor como os alunos podem orientar seus fazeres em função da avaliação, apesar de desempenharem papéis distintos. A avaliação não é um instrumento meramente quantitativo. Ela pode indicar o que e como o aluno aprendeu e de que maneira aperfeiçoar esses saberes por intermédio de novas situações de ensino-aprendizagem.

A avaliação pode revelar falhas na organização do ensino que precisam ser corrigidas pelo professor. Assim, ao avaliarem seus alunos, os professores avaliam a si mesmos também.

O professor precisa criar indicadores de avaliação com base nas atividades desenvolvidas, incorporando os saberes que os alunos trazem das experiências cotidianas para a escola, porque todos os conteúdos e competências em jogo nas aprendizagens orientam a escolha desses indicadores.

A avaliação pode apontar muitos aspectos da aprendizagem: a compreensão parcial; a deformação do conhecimento; a associação com conhecimentos prévios; a diferença nas elaborações pessoais de atribuição de sentidos aos conteúdos; a correlação e distinção entre saber, saber fazer e saber ser no convívio com o outro.

Por que a aprendizagem entre iguais (alunos de uma mesma série) é uma situação privilegiada? Os pares, tendo acesso às mesmas fontes de informação, podem observar como criar distintas relações entre competências e conteúdos, gerando múltiplas soluções e tantas respostas (em trabalhos, textos escritos e falas) quantos forem os estudantes. Para avaliar de modo diferenciado, considerando que cada aluno traça um percurso pessoal, é necessário que o professor compreenda como o aluno aprende e como ele faz uso das aprendizagens.

Assim, o professor deve fazer os alunos sentirem que aprender na escola é uma situação compartilhada e de co-responsabilidade, inclusive entre os pares, que podem apresentar distintos níveis de aprendizagem.

O resultado da avaliação não pode ser uma sanção de caráter expiatório, mas uma maneira de informar estudantes e professores sobre o desenvolvimento da aprendizagem, para que todos possam ajustar seus processos. Nesse sentido, avaliar tem caráter formativo e informativo.

Um texto escrito produzido em uma prova, um trabalho de pesquisa ou uma síntese de leitura podem servir como material de avaliação. É fundamental que se estabeleça, no contrato didático¹, que os textos devem ser autorais, ou seja, não devem representar repetição ou cópia de textos ou conteúdos estudados. Apenas dessa forma é possível perceber nos textos o raciocínio, as idéias, as interpretações e as relações que cada aluno construiu sobre determinados temas.

A correção de textos requer um professor/leitor que saiba observar o que cada um aprendeu, como aprendeu, o que elaborou, o que sabe superficialmente, o que deformou, as idéias inadequadas às investigações ou conteúdos, as competências desenvolvidas e as que ainda faltam desenvolver para a concretização das tarefas.

Se, devido ao grande número de alunos, o professor não conseguir ler todos os trabalhos, pode separar exemplos significativos, analisá-los e distribuí-los, para que os autores apresentem suas dúvidas e questões. Além das ações em sala de aula, deve ser incluída nas atividades do aluno a auto-avaliação, principalmente no Ensino Médio, para que ele aprenda a regular suas aprendizagens e situar-se como um aprendiz entre outros, com limites e possibilidades, semelhanças e diferenças.

Vamos detalhar essa questão. No início do ano, um **Plano** é elaborado. Nele estão contidos objetivos, conteúdos e metodologias para o ensino. Ao final de cada bimestre está em jogo uma avaliação do processo de **ensino** do professor e da **aprendizagem** do aluno.

Na promoção ou recuperação do aluno, devem-se verificar também quais foram os objetivos, conteúdos e metodologias realmente desenvolvidos em sala de aula, naquele determinado período. Neste momento, o professor deverá fazer uma digressão sobre **o que ensinou e como ensinou**, para depois tomar uma decisão justa.

Essa reflexão se torna ainda mais pertinente se o **Plano** estiver em sintonia com as Propostas Curriculares das disciplinas.

Nos Cadernos do Professor por disciplina/série/bimestre, há a definição das expectativas de aprendizagem por disciplina/série/bimestre. Os professores de disciplina/série devem se identificar com essas expectativas e, necessariamente, incluí-las em seus planos.

A sugestão é a organização de planos comuns para as disciplinas e séries, isto é, todos os professores de cada disciplina e série devem estar ensinando e avaliando os mesmos conteúdos e habilidades. As diferenças de aprendizagem dos alunos fazem parte de pauta específica: os processos contínuos de recuperação.

¹ Por contrato didático entende-se um conjunto de regras implícitas e explícitas, que regem a relação de mediação de saber que o professor realiza junto aos alunos.

Esse mecanismo procura contemplar o direito de aprender, a diversidade, a equidade. Fácil é transferir para o aluno essa responsabilidade, reprovando-o em finais de séries ou ciclos. O direito de todos em aprender a cultura e o que a escola ensina é o eixo da Proposta Curricular da SE e o principal objetivo da função do Professor Coordenador.

A Constituição, a LDB, O Estatuto da Criança e do Adolescente legalizam esse direito e criam mecanismos de sanção para os responsáveis que não o cumprem.

É interessante que o Professor Coordenador indique um professor de cada disciplina que ficará responsável pela construção do plano geral da disciplina com seus pares, pela aplicação das atividades propostas nos Cadernos do Pro-

fessor e pelos processos de avaliação, gerando, por enquanto, a construção de um plano curricular vertical das disciplinas. Sugere-se, neste momento de implantação da Proposta Curricular, que esse exercício seja feito por bimestre.

Até o fim do primeiro bimestre a questão da avaliação em sua escola deve estar definida. Leia, também, a Resolução SE – 61, de 24-09-2007 (vide Anexo), que dispõe sobre o registro do rendimento escolar dos alunos das escolas da Rede Estadual. O Professor Coordenador deve estar sempre bem informado sobre os textos de legislação nacional e estadual.

O Caderno do Gestor do segundo bimestre terá a avaliação como seu tema principal, detalhando os resultados do Saresp – 2007 e a proposta do Saresp 2008. Aguarde!

Etapas para construir o projeto de avaliação de sua escola

1. Definição explícita (currículo básico) dos pontos de partida e de chegada da aprendizagem do aluno em determinada disciplina/série/bimestre (o que é prioritário e indispensável para a preparação do futuro social e profissional do aluno).
2. Determinação explícita, por parte dos professores, de quais são os pré-requisitos de cada disciplina/série/bimestre, sem os quais **não** seria possível o acompanhamento cognitivo, pelo aluno, na série/bimestre subsequente.
3. Diagnóstico do saber do aluno, para cada disciplina de cada série, antes e ao final de cada bimestre, com a finalidade de ajustamento do currículo, controle da intervenção do professor, criação de apoio curricular e aceleração da aprendizagem.
4. Sistematização da avaliação, para cada disciplina de cada série, ao final de cada bimestre, e realização das mudanças curriculares baseadas nessa sistematização, para que haja confiabilidade de todos os envolvidos (sistema, alunos, comunidade, sociedade, professores, diretores etc.).
5. Divulgação pública dos resultados e dos sucessos do processo e criação de classes de apoio destinadas àqueles alunos que mantêm defasagens.

5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR COORDENADOR

Primeira ação pública do Professor Coordenador:

Divulgação da Proposta Curricular

Agenda: dias 31/03 e 01/04

De acordo com a Resolução SE-87, de 19-12-2007, que dispõe sobre o calendário escolar para o ano de 2008, nas escolas da rede estadual de ensino (vide anexo), nos dias 31/03 e 01/04 devem ser realizadas atividades com os professores da escola para discussão da Proposta Curricular. Como já foi dito, essa é a primeira ação pública do Professor Coordenador.

Sugestões

Inicialmente, discuta com o Diretor de sua escola como esse momento vai ser organizado. Defina o horário mais apropriado, em que seja possível contar com a totalidade da presença dos professores (nesses dias as aulas serão suspensas). Faça uma lista com os nomes dos professores por disciplina e o turno em que lecionam. É interessante que as atividades ocupem oito horas de trabalho por dia. Há muito assunto a ser discutido, você já percebeu.

Uma vez definido o horário, faça um cronograma, que deve ser cumprido, para maximizar o tempo de todos. Esse cronograma deve contemplar: os temas a serem abordados, a metodologia que será utilizada, os recursos necessários, o local, as pessoas que vão expor, a constituição dos grupos etc.

Não se esqueça de avaliar o espaço em que o encontro será realizado: se está limpo, confortável, com iluminação, ventilação, tomadas suficientes (caso sejam preciso recursos que necessitem delas), cadeiras e mesas apropria-

das, quadro de giz ou quadros para a escrita, café, água, enfim, tudo que possa caracterizar o ambiente. Os professores precisam se sentir confortáveis e perceber que houve preocupação em criar um ambiente físico favorável às discussões. Não se esqueça, a melhor teoria é a prática.

Antes de iniciar as discussões, procure separar os documentos de leitura para o grupo e incentivá-lo a conhecer os documentos oficiais. O professor precisa se sentir como parte de algo maior do que sua proposta particular de ensino. Muitos professores desconhecem a Proposta Pedagógica da própria escola. É preciso levar essa Proposta, discutir o diagnóstico dos alunos e da comunidade, os objetivos da escola, as metas etc.

Se possível, crie, com uma semana de antecedência, uma expectativa sobre o encontro, colocando cartazes na sala do professor com frases como: “O que será que vai acontecer nos dias 31/03 e 01/04?”, “Você está preparado para mudar?” ou outras que provoquem alguma discussão.

Não se esqueça de informar os pais e os alunos sobre a reunião. Prepare um informativo ou carta detalhando os objetivos da reunião e o motivo da suspensão das aulas. No informativo, mencione uma data para a reunião com os pais para apresentar as deliberações posteriores ao encontro com os professores. A suspensão das aulas, nesses dias, deve se caracterizar como um momento decisivo para a melhoria da escola e não como um fim de semana estendido. Se desejar, convide alguns pais e até mesmo representantes do Grêmio Estudantil (se houver), para assistirem ao encontro e acompanharem as discussões.

Prepare suas transparências e textos com antecedência, bem como a reprodução da pauta da reunião para distribuí-la no dia do encontro. A organização do encontro deve ser “impecável”. Planeje previamente cada detalhe. Você conhece sua escola e sabe do que as pessoas gostam, o que as motiva, o que faz com que elas se sintam participantes. Sugere-se, a seguir, uma pauta que pode ser adaptada para cada situação. Importante mesmo é que você tenha o cenário e o roteiro definido de antemão.

Proposta de Pauta da Reunião

1º DIA – 31/03

1º Período

Recursos: sala ampla e confortável, cronogramas xerocados, computador com data-show ou retroprojeter, transparências, listas de presença, listas para a retirada dos materiais.

Público-alvo: todos os professores do Ensino Fundamental Ciclo II e do Ensino Médio.

1. Apresentação do cronograma, dos objetivos da reunião e do(s) Professor(es) Coordenador(es).

Responsáveis: Diretores e supervisor da escola.

Duração: 30 minutos.

2. Auto-apresentação do(s) Professor(es) Coordenador(es) e de suas funções e dos demais professores e convidados presentes.

Duração: 30 minutos.

3. Atividade-estímulo para o autoconhecimento do grupo.

Sugestão

Este pode ser um momento significativo de vivência do grupo de professores no cotidiano da profissão. Muitas vezes, poucos

conhecem a história pessoal e profissional de seus colegas, pois os diálogos curtos no corredor ou a famosa “fofoca” impedem uma visão mais harmoniosa dos seus pares. Fica a pergunta do filósofo espanhol radicado na Colômbia Martin Barbero: “O que faz com que as pessoas se juntem e o que faz com as pessoas se separem?”.

Proponha a leitura em voz alta por alguém do grupo (pode ser um convite) do texto (vide Anexo) *Tenho esperança que...*, de Lima Barreto (se desejar, copie o texto para duplas de professores). Após a leitura, peça que os professores, individualmente, redijam um texto com o título “Lembranças de meus tempos de estudante, eu tenho esperança que...” Convide os professores para a leitura de seus textos para o grupo, em voz alta (produza você também um texto e leia para o grupo).

Duração: 1 hora.

4. Café.

Durante o café, os professores podem receber as respectivas Propostas Curriculares e Cadernos do Professor por disciplina e série. Prepare uma mesa para a retirada do material (solicite a ajuda de funcionários ou estagiários). Prepare também uma lista de controle do recebimento do material para a assinatura dos professores – isso evitará a retirada do material para os professores ausentes. Duração: 30 minutos.

5. Exposição: O que é a Proposta Curricular?

Responsável: Professor Coordenador.

Duração: 40 minutos.

6. Debate: perguntas dos professores.

Duração: 40 minutos.

7. Almoço ou jantar.

Duração: 1 hora e 30 minutos.

2º Período

Recursos: salas amplas e confortáveis, cronogramas xerocados, computador com data-show ou retroprojektor, transparências, listas de presença, TV, vídeo, DVD, Programa 1. Textos: apresentação oficial da proposta; xerox de questionário colocado no texto anexo *Pesquisa sobre a aplicação do projeto inicial de recuperação*; Propostas Curriculares das disciplinas.

Público-alvo: todos os professores do Ensino Fundamental Ciclo II e do Ensino Médio.

1. Debate com os professores sobre o Projeto de Recuperação Inicial, aplicado nas primeiras semanas de 2008.

Lançar perguntas como: O que acharam? O que criticam? O que gostaram? O que modificariam?

Duração: 30 minutos.

2. Pesquisa sobre a aplicação do projeto inicial de recuperação.

Distribua cópias do questionário *Pesquisa sobre a aplicação do projeto inicial de recuperação*. As respostas podem ser individuais ou em duplas / trios, desde que os professores tenham aplicado as atividades em uma mesma disciplina (Ensino Fundamental ou Ensino Médio). Se houver convidados ou professores que não aplicaram o projeto, junte-os a outros para observarem as respostas dos colegas. Recolha os questionários, que posteriormente serão tabulados e resultarão em um relatório da escola.

Duração: 30 minutos.

3. Projeção do vídeo oficial de apresentação dos fundamentos da Proposta Curricular.

Duração: aproximadamente 30 minutos.

4. Debate sobre o vídeo

Após assistirem ao vídeo, proponha um debate. Dê a palavra aos professores. Procure não fazer intervenções prescritivas. Os professores estão começando a ler o texto da Proposta Curricular. Você já está em um estágio mais avançado de leitura desse texto. Bourdieu, filósofo francês, diz que é melhor uma boa briga (bate-boca de todos falando e pedindo a palavra no grupo) do que o silêncio (ou a conversa ao pé do ouvido de duplas).

Duração: 30 minutos.

5. Café.

Duração: 20 minutos.

6. Leitura e discussão dos fundamentos da Proposta Curricular.

Nas Propostas Curriculares das disciplinas, há textos comuns: *Princípios para um currículo comprometido com seu tempo*; *A área de Ciências da Natureza e suas tecnologias*; *A área de Ciências Humanas e suas Tecnologias*; e *A área de Linguagens e Códigos e suas tecnologias*, além da *Apresentação* – textos-síntese da proposta.

Esses textos apresentam os princípios que devem ser lidos e compreendidos por todos os professores em conjunto, na tentativa de organizar consensos sobre os pontos comuns da Proposta. O objetivo é definir um conjunto de direitos e deveres recíprocos para a construção de compromissos comuns com o ensino e a aprendizagem, evitando-se o discurso do fracasso da escola.

Os textos gerais (ver nas Propostas de Disciplina nas páginas de 8 a 40), quando possível, devem ser lidos conjuntamente pelos professores das áreas (Linguagens e Códigos,

Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática), evitando-se neste momento, a discussão estritamente disciplinar e buscando-se, uma discussão mais pedagógica, como os textos gerais sugerem.

Se possível, organize, para a leitura, grupos de no máximo quatro professores, um de cada área. O objetivo é a leitura e a compreensão dos textos gerais.

Se desejar, proponha algumas questões como:

- ▶ Discuta em grupo o significado do fato de sua escola pertencer a um sistema de ensino.
- ▶ Qual o projeto da Secretaria Estadual de Ensino para seu sistema?
- ▶ Quais as intersecções entre a Proposta Pedagógica de sua escola e o projeto do sistema estadual?
- ▶ De que forma o desenvolvimento do plano do professor pode estar articulado ao projeto do sistema estadual de ensino?
- ▶ Por que é importante o compromisso, o debate e a participação coletiva dos profissionais da escola na construção da sua Proposta Pedagógica?
- ▶ Quais compromissos poderão ser assumidos pela escola em 2008 para a implementação da Proposta Curricular?

Solicite que o grupo construa um pequeno texto-síntese de sua discussão. Este texto deverá ser lido para os outros grupos e entregue para o Professor Coordenador.

Duração: 1 hora.

7. Plenária.

- ▶ Leitura dos textos dos grupos (calcule o tempo que será disponível para cada grupo).
- ▶ Debate e construção coletiva dos compromissos comuns que serão assumidos em 2008 para a implementação da Proposta Curricular.

Recolha os textos produzidos pelos grupos. Peça auxílio de funcionários ou estagiários para registrar as decisões dos participantes.

Duração: 1 hora.

2º DIA – 01/04

1º Período

Recursos: salas amplas e confortáveis, computador com data-show ou retroprojeto, transparências, listas de presença, TV, vídeo, DVD, programas das disciplinas, propostas curriculares das disciplinas, cadernos do professor por disciplina / série / bimestre.

Público-alvo: todos os professores do Ensino Fundamental Ciclo II e do Ensino Médio.

1. Plenária.

Inicie o período com uma plenária, retomando os compromissos assumidos por todos no dia anterior. Se possível, organize o que foi combinado e faça uma cópia para os professores, ou use transparências. Uma vez que todos concordem com a redação final dos compromissos, peça que os participantes assinem. Esse documento pode ser divulgado posteriormente para os pais, alunos e outros públicos.

Duração: 30 minutos.

2. Exposição: Os recursos disponíveis para a implantação da Proposta Curricular.

Responsável: Professor Coordenador.

Faça uma exposição do apoio que os professores vão receber (veja, no capítulo 3 deste Caderno, o tópico Recursos Disponíveis, sobre o assunto). Ensine os professores a manusear as Propostas Curriculares das disciplinas e os Cadernos do Professor.

Duração: 1 hora.

3. Debate para formulação dos planos por disciplina/série/bimestre.

Observe as dúvidas e os questionamentos dos professores e permita que sejam respondidos pelos próprios colegas. Proponha que se distribuam em grupos por disciplinas. Se possível, organize as listas dos professores e as salas para os trabalhos que visam à formulação dos planos de ensino por disciplina / série / bimestre. Neste momento, solicite a formulação de planos para o 1º bimestre de 2008, tomando por base as Propostas Curriculares e os Cadernos do Professor.

Duração: 30 minutos.

4. Café.

Duração: 30 minutos

5. Apresentação das Propostas Curriculares.

Os professores, agora distribuídos por disciplinas, devem fazer a leitura inicial de suas Propostas Curriculares, debater os princípios de cada Proposta e os quadros de referência para o ano de 2008, articulando-os aos seus planos específicos.

Se possível, organize um cronograma de utilização da sala de vídeo, para que os professores de cada disciplina assistam a seus vídeos específicos, durante esse período. Solicite que, ao final do período, cada grupo construa uma síntese das discussões para

apresentação em plenária e entrega para o Professor Coordenador.

Duração: 1 hora e 30 minutos.

6. Almoço ou jantar.

Duração: 1 hora e 30 minutos

2º Período

Recursos: salas amplas e confortáveis, computador com data-show ou retroprojektor, transparências, listas de presença, TV, vídeo, DVD, programas das disciplinas, Propostas Curriculares das disciplinas, Cadernos do Professor por disciplina/série/bimestre.

Público-alvo: todos os professores do Ensino Fundamental Ciclo II e do Ensino Médio.

1. Plenária.

Cada grupo disciplinar deve ler suas primeiras conclusões para os demais. Distribua o tempo para os grupos. Dê a palavra para os professores e para seus questionamentos.

Duração: 1 hora.

2. Leitura dos Cadernos do Professor e organização dos planos bimestrais.

Após a plenária, solicite que os professores retornem aos seus grupos por disciplina, leiam os Cadernos do Professor por disciplina/série/bimestre, organizem seus planos bimestrais e preparem suas primeiras aulas. A entrega final dos planos das disciplinas pode ser agendada para as próximas HTPCs. No entanto, solicite um relatório final do grupo desta etapa de trabalho.

Duração: 3 horas.

Terminado esse processo, faça um relatório dessa primeira etapa e organize os dados coletados. Posteriormente, eles serão encaminhados para diferentes públicos.

A próxima agenda é a organização das HTPCs (vide Anexo: Comunicado Cenp – s/n, de 29-01-2008).

CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS

O Professor Coordenador deve estar ciente do seu papel de articulador, desenvolvendo ações em conjunto com a comunidade escolar no sentido de construir ou rever seu perfil educativo. Sua meta deve ser criar referenciais para gerar uma Proposta Pedagógica com identidade própria, tendo por pressuposto o potencial de seu material humano (gestores, funcionários, professores, pais, estudantes e parceiros) e por objetivo a participação democrática nas decisões para melhorar a qualidade do ensino oferecido.

Por que mudar?

Talvez essa seja a pergunta que se revele mais pertinente para a maioria dos leitores. Algo não está bem na nossa escola? Se a resposta for positiva, já terá uma razão para um projeto de mudança. Caso contrário, muito do que foi discutido aqui não fará sentido algum. Quando você se sente “desequilibrado”, precisa encontrar novamente o “equilíbrio”, procurar novos rumos ou recuperar aqueles abandonados.

A defesa, no âmbito pedagógico, se alicerça muitas vezes em uma visão de mundo e das necessidades de formação do homem para a convivência – os objetivos educacionais. Com certeza, um dos objetivos que não se perderá no tempo é o de preparar o ser humano para a convivência pacífica, indicando o respeito pelo outro e por si mesmo como laço de humanização. Provavelmente, o reconhecimento daquilo que se sabe até o momento possa ser a linha condutora dessa ação. O conhecer pressupõe o agir, o fazer em determinado sentido.

Quais serão nossos objetivos educacionais? Suponha que eles incluam a preparação do aprendiz para o desempenho pessoal no mundo do trabalho, para a cidadania e a realização de seus objetivos pessoais.

Em pesquisa empírica sobre a visão de mundo expressa pelos jovens, em redações, nota-se o sentimento de decepção em relação ao futuro. Eles interpretam o mundo de uma forma negativa, com poucas perspectivas de mudança, com a herança de uma dívida histórica repleta de violência física e emocional e de direitos humanos e ambientais não respeitados. A escola é indicada como uma saída. Mas que escola?

Como mudar?

Não há dúvida de que essa mudança envolve uma postura coletiva. A escola deseja mudar. Todos os envolvidos – comunidade, professores e alunos – devem ter esse desejo. Então começam a traçar o contrato didático, a proposta ou o projeto pedagógico. Algo que represente o desejo coletivo.

Há de se ter com certeza um maestro, aquele que dá o tom, organiza os diferentes arranjos. Deve ser alguém respeitado por todos e que igualmente respeite todos. Prioritário é traçar objetivos flexíveis e incorporar as mudanças, registrá-las, discuti-las.

Por onde começar depende das possibilidades dos envolvidos: um projeto que envolva várias disciplinas, um tema gerador que articule as discussões e metas de aprendizagem. Qualquer que seja o estímulo, ele deve ser compreendido e compreensível e, principalmente, deve respeitar a autonomia dos envolvidos, ser coerente e exequível. Em todo caso, esse projeto apontará para novas escolhas curriculares. Deixar o tradicional para renovar não é tarefa fácil. Com certeza, a experiência será difícil e dependerá da aceitação dos que dele participam. Dar tempo e, lógico, avaliar o percurso é fundamental para o sucesso...

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALARCÃO, I. *Professores reflexivos em escola reflexiva*. São Paulo: Cortez, 2003.

AQUINO, J. G. (Org.). A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.

ARROYO, M. G. *Ofício de mestre*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.

BODEN, M. A. (Org.). *Dimensões da criatividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

BOURDIEU, P. *Regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRASLAVSKY, C. La gestión curricular en las transformaciones y reformas educativas latinoamericanas contemporâneas. In: *Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas*. São Paulo: PUC, 1998. p. 27-48.

CALVINO, I. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CASTRO, C. de M. *Educação brasileira: concertos e remendos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996. v. 1. (Artes de fazer).

FORQUIN, J. C. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

EGAN, K. *A mente educada: os males da educação e a ineficiência educacional das escolas*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

ESTRELA, A; NÓVOA, A. (Orgs.). *Avaliações em educação: novas perspectivas*. Lisboa: Educa, 1993.

FRANCO, C.; FERNANDES, C.; BONAMINO, A. Avaliação na escola e avaliação da educação: possibilidades e desafios. In: CANDAU, V. M. (Org.). *Reinventar a escola*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FRITZEN, S. J. *Exercícios práticos de dinâmica de grupos*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GIMENO SACRISTÁN, J. Reformas educativas y reforma del currículo: anotaciones a partir de la experiencia española. In: *Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas*. São Paulo: PUC, 1998. p. 85-108.

MORIN, E. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, Unesco, 2000.

SACRISTÁN, J. G., GOMES, A. I. P. *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SZIMANSK, H. *A relação família-escola: desafios e perspectivas*. Brasília: Plano, 2000.

TEDESCO, J. C. *O novo pacto educativo*. São Paulo: Ática, 2001.

TIFFANY, P. & PETERSON, S. D. *Planejamento estratégico – Série para dummies*. 10 ed. São Paulo: Campus, 2004.

TORRES, R. *Que (e como) é necessário aprender?: Necessidades básicas de aprendizagem e conteúdos escolares*. São Paulo: Papyrus, 1994.

WARDE, M. J. (Org.). *Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas*. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

YOZO, R. *100 jogos para grupos*. São Paulo: Agora, 1980.

Referências legais nacionais

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei Federal n.º 8069/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Parecer CNE/CEB n.º 04/98 – Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental.

BRASIL. Parecer CNE/CEB n.º 15/98 – Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio.

BRASIL. Parecer CNE/CEB n.º 11/2000 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Publicações institucionais

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Documento Básico 2002. Brasília: MEC/INEP, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja). Brasília: MEC/INEP, 2002.

SÃO PAULO. (Estado) Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Propostas Curriculares das disciplinas. São Paulo: SEE, 2008. (12 volumes)

SÃO PAULO. (Estado) Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Cadernos do Professor das disciplinas / séries / 1º bimestre. São Paulo: SEE, 2008. (63 volumes)

SÃO PAULO. (Estado) Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Projeto de recuperação inicial. São Paulo: SEE, 2007. *Journal do Aluno e Revistas do Professor*.

SÃO PAULO. (Estado) Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. Gestão Escolar: como transformar a rotina em desafio? In: *Revista de Educação e Informática*. Acesso em: dez. 2000, vol.14. São Paulo: SEE/FDE, 2000. p.19-28.

EM DIA COM A LEGISLAÇÃO

1. Resolução SE – 61, de 24-9-2007

Dispõe sobre o registro do rendimento escolar dos alunos das escolas da Rede Estadual.

A Secretária de Estado da Educação, considerando que:

a implantação pela Secretaria de Estado da Educação do Sistema de Avaliação e Freqüência no processo de informatização das rotinas escolares, destacou a modernização dos registros da vida escolar dos alunos, de modo a facilitar a organização administrativa da escola e proporcionar, aos pais ou responsáveis, a possibilidade de consulta do Boletim do Aluno, via internet;

as sínteses dos resultados registradas nos documentos escolares do aluno devem se constituir em referenciais objetivos das condições de aprendizagem apresentadas pelo aluno em seu percurso formativo, decorrentes do processo de avaliação a que foi submetido ao longo do ano letivo;

a escala numérica de zero a dez se constitui, de acordo com pesquisa realizada, na alternativa formal de registro do rendimento escolar mais recorrente nas escolas estaduais, resolve:

Art. 1º Nas escolas da rede estadual de ensino, o registro das sínteses bimestrais e finais dos resultados da avaliação do aproveitamento do aluno, em cada componente curricular, será efetuado em escala numérica de notas em números inteiros de 0 (zero) a 10 (dez).

Parágrafo único: As sínteses bimestrais e finais devem decorrer da avaliação do desempenho escolar do aluno, realizada por diferentes instrumentos de avaliação e de forma contínua e sistemática, ao longo do bimestre e de todo ano letivo.

Art. 2º A partir do 3º bimestre de 2007, os registros de avaliação das 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental a serem digitados no Sistema de Avaliação e Freqüência – SAF se restringirão aos componentes curriculares de língua portuguesa e matemática, tendo em vista o processo inicial de alfabetização.

Art. 3º O registro de freqüência do aluno de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental será expresso em dias letivos, à exceção das disciplinas de educação física e educação artística.

Art. 4º Ao final do semestre/ano letivo, o professor deverá emitir, simultaneamente, a nota relativa ao último bimestre e a nota que expressará a avaliação final, ou seja, aquela que melhor reflete o progresso alcançado pelo aluno ao longo do ano letivo, por componente curricular, conforme a escala numérica especificada no artigo 1º desta resolução.

Parágrafo único: Caberá ao Conselho de Classe e Série emitir o parecer sobre a situação final do aluno que deverá ser informada no Sistema de Cadastro de Alunos da SEE.

Art. 5º Será considerado como patamar indicativo de desempenho escolar satisfatório a nota igual ou superior a cinco.

Art. 6º A escola deverá assegurar que os resultados bimestrais e finais sejam sistematicamente documentados, registrando no Sistema as notas e freqüência dos alunos, para viabilizar o Boletim Escolar que será entregue aos respectivos alunos ou, quando menores, aos pais ou responsáveis.

Art. 7º Os resultados de rendimento dos alunos, de 2007, que não estiveram em conformidade com o artigo 1º da presente resolução, deverão ser transformados pelo professor em seus equivalentes numéricos.

Art. 8º Caberá à Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas -CENP proceder à Orientações Técnicas necessárias.

Art. 9º O Centro de Informações Educacionais – CIE será responsável pelo suporte técnico do Sistema de Avaliação e Frequência.

Art.10º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução nº 30, de 10-05-2007.

Nota:

Revoga a Res. SE n.º 30/07.

2. Resolução SE – 87, de 19-12-2007

Dispõe sobre o calendário escolar para o ano de 2008, nas escolas da Rede Estadual de ensino.

A Secretária da Educação, considerando:

- a importância do calendário escolar como instrumento imprescindível na organização e desenvolvimento das atividades escolares programadas para o ano letivo;

- a necessidade de o conjunto das escolas estaduais contarem com diretrizes gerais que lhes assegurem o cumprimento dos mínimos de dias letivos e horas de aula, estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, resolve:

Art. 1º As escolas estaduais deverão organizar o calendário, de forma a garantir, na implementação da proposta pedagógica, o mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar e a carga horária anual estabelecida para o período diurno e/ou período noturno, respeitada a devida correspondência quando adotada a organização semestral.

Art. 2º Consideram-se como de efetivo trabalho escolar os dias em que, com a presença dos alunos e sob a orientação dos professores, forem desenvolvidas atividades regulares de aula e outras programações didático-pedagógicas, que assegurem efetiva aprendizagem dos conteúdos curriculares.

§ 1º É vedada a realização de eventos ou atividades não programadas no calendário escolar, em detrimento das aulas previstas.

§ 2º As aulas programadas que deixarem de ser ministradas por qualquer motivo devem ser repostas conforme a legislação pertinente.

Art. 3º O calendário escolar deverá ser elaborado com a participação dos docentes, ser ratificado pelo Conselho de Escola e encaminhado à Diretoria de Ensino para a devida homologação.

Parágrafo único: Qualquer alteração no calendário homologado, independentemente do motivo que a determinou, deverá ser submetida à apreciação do Supervisor de Ensino da Escola e homologação do Dirigente Regional de Ensino.

Art. 4º Na elaboração do calendário para o ano de 2008, a escola deverá observar:

I – início do ano letivo em 13 de fevereiro;

II – início das aulas em 18 de fevereiro;

III – realização de:

a) atividades de planejamento, avaliação, revisão e consolidação da proposta pedagógica: 13,14 e 15 de fevereiro, acrescidos de dois dias no segundo semestre, a serem definidos pela escola;

b) atividades para reflexão e discussão dos resultados do SARESP/2007, em 1 (um) dia a ser previsto no 2º bimestre;

c) reuniões do Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres;

d) reuniões bimestrais de Conselhos de Classe/Série e de Pais de alunos;

e) atividades, nos dias 31/03 e 01/04, com os professores da escola para discussão das propostas curriculares;

f) atividades escolares, envolvendo todos os alunos, observados os mínimos de dias letivos e cargas horárias de que trata o artigo 1º desta resolução;

IV – férias docentes, no período de 01 a 30 de janeiro;

V – recesso escolar de 10 (dez) dias úteis no mês de julho.

§ 1º Nos dias 11 e 12 de fevereiro serão realizadas atividades de preparação do planejamento escolar, com a direção da escola.

§ 2º As normas referentes à recuperação da aprendizagem serão objeto de resolução específica.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nota: Lei n.º 9.394/96, à pág. 52 do vol. 22/23.

3. Resolução SE – 92, de 19-12-2007

Estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Fundamental e Médio nas escolas estaduais.

A Secretária da Educação, considerando;

a reorganização curricular da educação básica como uma das ações viabilizadoras das metas de melhoria do processo educacional paulista;

a implementação, em 2008, das propostas curriculares de Ensino Fundamental e médio organizadas por esta Pasta;

a necessidade de se estabelecer diretrizes que orientem as unidades escolares na montagem das matrizes curriculares desses níveis de ensino, resolve:

Art.1º A organização curricular das escolas estaduais que oferecem Ensino Fundamental e Médio se desenvolverá em 200 (duzentos) dias letivos, com a carga horária anual estabelecida pela presente resolução.

Art.2º O Ensino Fundamental terá sua organização curricular estruturada em oito séries, desenvolvida em regime de progressão continuada e constituída por dois ciclos:

I – ciclo I, correspondendo ao ensino da 1ª à 4ª séries;

II – ciclo II, correspondendo ao ensino da 5ª à 8ª séries.

§1º No ciclo I do Ensino Fundamental, de que trata o Anexo I desta resolução, deverá ser assegurada a seguinte carga horária:

1 – em unidades escolares com até dois turnos diários, com 25 (vinte e cinco) aulas semanais, com a duração de 50 (cinquenta) minutos cada, totalizando 1000 aulas anuais;

2 – em unidades escolares, com três turnos diurnos, com calendário específico e semana de 06 (seis) dias letivos, com 24 (vinte e quatro) aulas semanais, com a duração de 50 minutos cada, totalizando 960 aulas anuais;

§ 2º No ciclo II deverá ser assegurada a seguinte carga horária:

1 – no período diurno, em unidades escolares com até dois turnos diurnos, 27 (vinte e sete) aulas semanais, com a duração de 50 (cinquenta) minutos cada, totalizando 1080 aulas anuais, objeto do Anexo II;

2 – no período noturno, em unidades escolares com três turnos diurnos, com calendário específico e semana de 06 (seis) dias letivos, 24 (vinte e quatro) aulas semanais com duração de 50 (cinquenta) minutos cada, totalizando 960 aulas anuais, objeto do Anexo III;

3 – no período noturno, com 27 (vinte e sete) aulas semanais, com a duração de 45 (quarenta e cinco) minutos cada, totalizando 1080 aulas anuais, sendo que Educação Física será ministrada fora do horário regular de aulas, conforme Anexo II.

§ 3º A priorização dada ao desenvolvimento das competências leitora e escritora e dos conceitos básicos da matemática, no ciclo I, não exime o professor da classe da abordagem dos conteúdos das demais áreas do conhecimento.

§ 4º As aulas de Educação Física e Arte previstas nas matrizes curriculares do ciclo I, deverão ser desenvolvidas:

1 – com duas aulas semanais, por professor especialista em todas as séries;

2 – com acompanhamento obrigatório do professor regente da classe e do Aluno/Pesquisador da Bolsa Alfabetização, quando for o caso;

3 – em horário regular de funcionamento da classe;

4 – pelo professor da classe, quando constatada a inexistência ou ausência do professor especialista.

Art.3º Os cursos do Ensino Médio, estruturados em três séries anuais, terão sua organização curricular orientada por dupla finalidade:

I – curso de sólida formação básica, que abre ao jovem efetivas oportunidades de consolidação dos conteúdos estudados ao longo do Ensino Médio, objetivando a preparação para prosseguimento de estudos em nível superior;

II – curso de formação básica e profissional, centrado no desenvolvimento de competências para o mundo produtivo que assegura ao jovem sua inserção no mercado de trabalho, mediante a aquisição de determinada habilitação profissional.

Art.4º O curso do Ensino Médio de sólida formação básica terá sua matriz curricular organizada com a seguinte carga horária:

I – período diurno, com 06 (seis) aulas diárias, com duração de 50 (cinquenta) minutos cada, totalizando 30 (trinta) aulas semanais e 1.200 aulas anuais, conforme Anexo IV;

II – período diurno, com três turnos diurnos, com calendário específico, semana de 06 (seis) dias letivos, 04 (quatro) aulas diárias de 50 (cinquenta) minutos cada, totalizando 24 (vinte e quatro) aulas semanais e 960 aulas anuais, de acordo com o Anexo V;

III – período noturno, com 05 (cinco) aulas diárias, com duração de 45 (quarenta e cinco) minutos cada, totalizando 27 (vinte e sete) aulas semanais e 1080 anuais, sendo que Educação Física será ministrada aos sábados, conforme Anexo VI.

§1º As 06 (seis) aulas das 3ª séries, integrantes da parte diversificada das matrizes curriculares, caracterizam-se como disciplinas de apoio curricular, a serem distribuídas pela direção da escola, em número de 02 (duas) aulas para um dos componentes que integram cada área do conhecimento.

§ 2º Em se tratando da área de Linguagens e Códigos, a distribuição de que trata o parágrafo anterior deverá contemplar obrigatoriamente Língua Portuguesa e Literatura.

§ 3º Por constituírem oficinas de revisão e consolidação das aprendizagens das disciplinas desenvolvidas ao longo das séries do Ensino Médio, as aulas a que se refere o § 1º deste artigo, se diferenciarão pelo uso de materiais próprios, que disponibilizados ao professor ampliarão as oportunidades do aluno prosseguir seus estudos em nível superior, assegurando ao docente acesso a recursos tecnológicos inovadores e atividades de aprimoramento e atualização profissional.

§ 4º Dado o caráter de especificidade dessas disciplinas, as aulas deverão ser atribuídas, pela direção da escola e preferentemente, a professores titulares de cargo, como carga suplementar, que demonstrem familiaridade com ferramentas de multimídia e que disponham de condições para sessões de estudos e pesquisas.

Art.5º O curso do Ensino Médio de formação básica e profissional, será desenvolvido da seguinte forma:

I – no período diurno:

a) em relação à formação básica, com a mesma carga horária da matriz curricular proposta para o Ensino Médio diurno (Anexo IV), de que trata o inciso I do artigo 3º desta resolução;

b) em relação à formação profissional, serão oferecidas aos alunos da 2ª série, 06 (seis) aulas dos conteúdos das disciplinas que integram os módulos da habilitação profissional a ser implantada, conforme Anexo VII;

c) em relação à formação profissional, será oferecida, em 2009, aos concluintes do Ensino Médio de 2008, os módulos de curso profissionalizante em nível pós-médio;

II – no período noturno:

a) em relação à formação básica, com a mesma carga horária da matriz curricular proposta para o Ensino Médio noturno (Anexo VI), de que trata o inciso I do artigo 3º desta resolução;

b) em relação à formação profissional, a unidade escolar, desde que atendidos os critérios a serem definidos pela SE, poderá, no início de 2008, constituir turmas de alunos da 2ª série, que demonstrem interesse em cursar, aos sábados, em caráter optativo, módulos da habilitação profissional de nível técnico, conforme Anexo VIII.

§ 1º A formação profissional de que trata alínea “b” deste inciso será desenvolvida pela unidade escolar, em parceria com o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”- CEETEPS.

§ 2º Excepcionalmente, em 2008, as 06 (seis) aulas constantes da 3ª série da matriz curricular constante do Anexo VII, serão destinadas às disciplinas de apoio curricular, atendidas as observações constantes do § 1º do artigo 4º desta resolução.

Art. 6º As aulas das disciplinas dos módulos profissionalizantes serão atribuídas, preferentemente, a professor titular de cargo, como carga suplementar, cuja área de atuação guarda estreito vínculo de ordem programática com o conteúdo profissionalizante proposto para a disciplina.

§1º Dado o caráter de especificidade de que se reveste a docência dessas disciplinas, as 06 (seis) aulas, deverão ser atribuídas em seu conjunto a um único professor da base nacional comum, que exercerá não só a função de professor dessas disciplinas, como desempenhará em horários diversos, a função de tutor da respectiva turma de alunos.

§2º Além da carga horária das aulas a que se refere o parágrafo anterior, o professor contará com 05(cinco) aulas semanais para o exercício da função de tutoria, capacitação e preparação das aulas.

Art.7º O aluno que vier a cursar as disciplinas dos módulos profissionalizantes, deverá efetivar sua matrícula separadamente, ou seja, no curso do Ensino Médio/formação básica e, semestralmente, no curso da qualificação profissional, objeto do módulo do curso de nível técnico desenvolvido.

Art. 8º Continuarão vigendo para as escolas de Ensino Fundamental que mantêm classes de tempo integral e para aquelas que funcionam em instalações da Fundação Casa, as diretrizes curriculares constantes dos respectivos dispositivos legais.

Art. 9º Na educação de jovens e adultos, observada a correspondência das cargas horárias estabelecidas na presente resolução, quando adotada a organização curricular semestral, as matrizes curriculares deverão ser adequadas à estrutura dos respectivos cursos.

Art.10º O mecanismo de recuperação da aprendizagem deverá se constituir em objeto de resolução específica.

Art. 11º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente Resolução SE 6/2005; Resolução SE 11/2005 e a Resolução SE 2/2006.

Notas:

Revoga a Res. SE n.º 06/05, à pág. 106 do vol. LIX;

Revoga a Res. SE n.º 11/05, à pág. 110 do vol. LIX;

Revoga a Res. SE n.º 02/06, à pág. 109 do vol. LXI.

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

Secretária da Educação

4. Resolução SE – 6, de 24-1-2008

Dispõe sobre estudos de recuperação na Rede Estadual de ensino.

A Secretária da Educação, considerando que:

os indicadores de aprendizagem do aluno evidenciados nas avaliações externas, principalmente no Saresp, demonstram a necessidade de efetiva ação para melhoria da qualidade de ensino;

cabe à escola garantir a todos os seus alunos oportunidades de aprendizagem, redirecionando ações de modo a que os alunos superem as dificuldades diagnosticadas;

a recuperação constitui parte integrante dos processos de ensino e de aprendizagem e tem como princípio básico o respeito à diversidade de características e de ritmos de aprendizagem dos alunos;

a necessidade de assegurar condições que favoreçam a implementação de atividades de recuperação paralela, por meio de ações significativas e diversificadas que atendam à pluralidade das demandas existentes em cada escola; resolve:

Art. 1º A recuperação da aprendizagem constitui mecanismo colocado à disposição da escola e dos professores para garantir a superação de dificuldades específicas encontradas pelos alunos durante o seu percurso escolar e ocorre de diferentes formas, a saber:

I – contínua: a que está inserida no trabalho pedagógico realizado no dia-a-dia da sala de aula, constituída de intervenções pontuais e imediatas, em decorrência da avaliação diagnóstica e sistemática do desempenho do aluno;

II – paralela: destinada aos alunos do Ensino Fundamental e Médio que apresentem dificuldades de aprendizagem não superadas no cotidiano escolar e necessitem de um trabalho mais direcionado, em paralelo às aulas regulares, com duração variável em decorrência da avaliação diagnóstica;

III – de ciclo: constitui-se em um ano letivo de estudos para atender aos alunos ao final de ciclos do Ensino Fundamental que demonstrem não ter condições para prosseguimento de estudos na etapa posterior.

Art. 2º para o desenvolvimento das atividades de recuperação paralela, cada unidade escolar deve elaborar projetos especiais a serem desenvolvidos ao longo do ano letivo, na seguinte conformidade:

I – no primeiro semestre, a partir do início de março até o final de junho;

II – no segundo semestre, a partir do início de agosto até o final de novembro.

§ 1º O aluno permanecerá nas atividades de recuperação somente o tempo necessário para superar a dificuldade diagnosticada.

§ 2º Excetua-se do contido no inciso I deste artigo as classes/turmas de 1ª série do Ensino Fundamental do Programa Ler e Escrever.

§ 3º A continuidade dos projetos referidos no caput deste artigo ficará condicionada à avaliação do semestre anterior.

Art. 3º Os projetos de recuperação paralela devem ser elaborados mediante proposta do Conselho de Classe/Série e/ou do Professor Coordenador, a partir da análise das informações de avaliação diagnóstica registradas pelo(s) professor(es) da classe, cabendo:

I – ao Professor da Classe, a identificação das dificuldades do aluno, a definição dos conteúdos, das expectativas de aprendizagem e dos procedimentos avaliatórios a serem adotados;

II – ao Professor Coordenador, ou, na ausência deste, ao Diretor da Escola, a definição dos critérios de agrupamentos dos alunos e de formação das turmas, a definição do período de realização com previsão de horário e o encaminhamento de informações aos pais ou responsáveis.

§ 1º na elaboração dos projetos de recuperação paralela deve ser considerado de forma detalhada o trabalho a ser desenvolvido com:

1 – os alunos com necessidades educacionais especiais, incluídos em classes regulares;

2 – concluintes do Ciclo I e II que forem promovidos com indicação de recuperação paralela desde o início do ano letivo.

§ 2º As turmas serão constituídas de 15 a 20 alunos e poderão ser organizadas por série, por disciplina, por área de conhecimento ou por nível de desempenho.

§ 3º As atividades de recuperação paralela serão desenvolvidas em 3 (três) aulas semanais por turma, na seguinte conformidade:

1. No mesmo turno de funcionamento da classe, após o término das aulas regulares e/ou

2. fora do horário regular de aulas, inclusive aos sábados.

§ 4º para o desenvolvimento dos projetos de recuperação paralela, cada unidade escolar conta com um crédito de horas equivalente a 5% da carga horária total anual do conjunto de classes em funcionamento.

§ 5º Quando os projetos de recuperação paralela não puderem ser desenvolvidos por professor titular de cargo, o docente ocupante de função atividade poderá assumir a docência dessas aulas, desde que:

1. portador de vínculo garantido em lei e com, no mínimo 10 (dez) aulas já atribuídas em uma unidade escolar;
2. o número de aulas a serem atribuídas para recuperação, disponível na unidade escolar, totalize, no mínimo, 10 (dez) aulas semanais;
3. apresente condições para efetivo cumprimento das Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo– HTPCs, na unidade escolar objeto das aulas de recuperação.

Art. 4º Compete aos educadores responsáveis pela implementação dos projetos de recuperação paralela:

I – à Direção da Escola e à Coordenação Pedagógica:

a) elaborar, em conjunto com os professores envolvidos, os respectivos projetos, encaminhando-os à Diretoria de Ensino para aprovação;

b) coordenar, implementar e acompanhar os projetos aprovados, providenciando as reformulações, quando necessárias;

c) disponibilizar ambientes pedagógicos e materiais didáticos que favoreçam o desenvolvimento desses projetos;

d) informar aos pais as dificuldades apresentadas pelos alunos, a necessidade e objetivo da recuperação, os critérios de encaminhamento e a forma de realização;

e) avaliar os resultados alcançados nos projetos implementados, justificando a necessidade de sua continuidade, quando necessário;

II – aos Docentes das Classes:

a) identificar as dificuldades de cada aluno, pontuando com objetividade as reais necessidades de aprendizagem;

b) avaliar sistematicamente o desempenho do aluno, registrando os avanços observados em sala de aula e na recuperação paralela, de modo que o aluno permaneça nas atividades de recuperação paralela somente o tempo necessário para superar a dificuldade diagnosticada;

III – aos Docentes responsáveis pelas aulas de recuperação paralela:

a) desenvolver atividades significativas e diversificadas que levem o aluno a superar suas dificuldades de aprendizagem;

b) utilizar diferentes materiais e ambientes pedagógicos para favorecer a aprendizagem do aluno;

c) avaliar os avanços obtidos pelos alunos e redirecionar o trabalho, quando as dificuldades persistirem;

d) participar das reuniões de HTPCs, dos Conselhos de Classe/Série e das ações de capacitação promovidas pela Diretoria de Ensino;

IV – à Diretoria de Ensino, por meio do Supervisor de Ensino da Escola e da Oficina Pedagógica:

a) analisar os projetos apresentados pelas escolas, fundamentando-se nas Expectativas de Aprendizagem, aprovando-os, quando as ações propostas forem compatíveis com o diagnóstico das dificuldades apresentadas pelos alunos;

- b) orientar, acompanhar e avaliar a implementação dos projetos de recuperação da aprendizagem;
- c) gerenciar o crédito total de horas equivalente ao conjunto de créditos das unidades escolares de sua jurisdição, podendo remanejá-los e redistribuí-los entre as escolas;
- d) capacitar as equipes escolares e os professores encarregados das atividades de recuperação paralela;
- e) avaliar os projetos em andamento e decidir sobre sua continuidade.

§ 1º Quando o docente responsável pelas atividades de recuperação paralela não for o mesmo da classe regular, a responsabilidade pela aprendizagem do aluno deve ser compartilhada por ambos, assegurando-se, nas HTPCs e nos Conselhos de Classe/Série, a troca de informações e o entrosamento entre eles.

§ 2º Os encaminhamentos decididos pelos Conselhos de Classe/Série deverão constar em ata e na ficha individual de acompanhamento do aluno.

Art. 5º Os resultados das atividades de recuperação paralela incorporarão a avaliação bimestral do aluno, substituindo a nota do aluno no bimestre, quando esta for inferior àquela obtida nas atividades de recuperação.

Art. 6º A atribuição de aulas para o desenvolvimento dos projetos de recuperação paralela far-se-á conforme o disposto em legislação específica.

Art. 7º Caberá à:

I – Coordenadoria de Ensino, em sua respectiva área de atuação:

a) acompanhar e avaliar a execução das atividades desenvolvidas pelas Diretorias de Ensino nas diferentes formas de recuperação;

b) apresentar estudos conclusivos sobre os resultados obtidos na recuperação paralela e de ciclo, encaminhando-os semestralmente à Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas;

II – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas:

a) analisar e avaliar, semestralmente, os impactos das atividades de recuperação no desempenho escolar dos alunos, reenviando às Diretorias de Ensino pareceres indicativos da necessidade de melhoria e/ou interrupção das atividades realizadas;

b) encaminhar, semestralmente, ao Gabinete da Secretaria, síntese dos resultados alcançados pelos projetos de recuperação.

Art. 8º Os alunos encaminhados para as turmas de recuperação paralela serão cadastrados em opção específica no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado de São Paulo.

Art. 9º Os casos omissos à operacionalização das diretrizes estabelecidas pela presente resolução deverão ser decididos pelas Diretorias de Ensino, consultados o Departamento de Recursos Humanos e/ou a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas.

Art. 10º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

5. Comunicado Cenp – s/n, de 29-01-2008

D.O.E. – 30-01-08 – Seção I – pág. 38

Aos Dirigentes Regionais de Ensino, Supervisores de Ensino e Diretores de Escola

A Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, considerando:

A implantação e implementação: das novas diretrizes e propostas curriculares que estarão sendo subsidiadas ao longo de 2008 por documentos enviados às unidades escolares; das expectativas de aprendizagem propostas para o Ciclo I do Ensino Fundamental; do Programa Ler e Escrever nas unidades escolares jurisdicionadas à Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo; a Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo – HTPC, que se caracteriza fundamentalmente como espaço de formação continuada dos educadores, propulsor de momentos privilegiados de estudos, discussão e reflexão das propostas curriculares e melhoria da prática docente; trabalho coletivo de caráter estritamente pedagógico, destinado à discussão, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica da escola e do desempenho escolar do aluno; solicita das autoridades em epígrafe, especial atenção às seguintes orientações:

1 – As Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo – HTPCs, deverão ser planejadas e organizadas pelo Professor Coordenador de cada segmento do Ensino Fundamental e Médio, em sintonia com toda a equipe gestora da escola, com vistas a integrar o conjunto de professores do segmento, objeto da coordenação;

2 – No planejamento, na organização e na condução das HTPCs, é importante: considerar as demandas dos professores frente às metas e prioridades da escola; elaborar previamente a pauta de cada reunião, definida a partir das contribuições dos participantes; dividir entre os participantes as tarefas inerentes às reuniões (registro, escolha de textos, organização dos estudos); planejar formas de avaliação das reuniões pelo coletivo dos participantes; prever formas de registro (ata, caderno, diário de bordo, e outras) das discussões, avanços, dificuldades detectadas, ações e intervenções propostas e decisões tomadas; organizar as ações de formação continuada com conteúdos voltados às metas da escola e à melhoria do desempenho dos alunos, com apoio da equipe de supervisão e oficina pedagógica da DE.

3 – O horário de cumprimento das HTPCs, a ser organizado pelo Professor Coordenador, deverá assegurar que todos os professores do segmento de ensino participem num único dia da semana, em reuniões de, no mínimo, duas horas consecutivas;

4 – Na impossibilidade das reuniões de HTPC serem organizadas em apenas um dia da semana, a escola deverá organizá-las em, no máximo, dois dias, distribuindo todos os professores em dois grupos permanentes para cada dia;

5 – Nas escolas que participam do Programa Ler e Escrever, os professores das classes de 1ª e 2ª séries e das classes de 3ª e 4ª séries deverão se reunir em grupos por série, em no máximo três dias, duas horas seguidas, em dias/horários diferentes para o grupo de 1ª e 2ª séries e de 3ª e 4ª séries, devendo os alunos pesquisadores participarem das HTPCs, com os respectivos professores regentes;

6 – Quando inviável o cumprimento dos procedimentos acima estabelecidos, a escola encaminhará ao Supervisor de Ensino, para análise e aprovação, a proposta de horário a ser adotada, justificando as causas do não cumprimento desses procedimentos;

7 – Nas escolas de tempo integral, as reuniões da HTPC devem oportunizar a participação dos professores que atuam nas disciplinas do currículo básico e nas oficinas curriculares;

8 – Dado o caráter essencialmente pedagógico e coletivo da HTPC, as escolas que mantêm Professor Coordenador de segmentos de ensino diferentes deverão prever, sempre que possível, reuniões bimestrais, e contar com a participação de todos os professores envolvidos;

9 – Excepcionalmente, em 2008, tendo em vista que o processo seletivo de Professor Coordenador ocorrerá após o período de atribuição de classes e aulas, o cumprimento destas orientações deverá ser garantido pelo diretor da unidade escolar.

10 – Nas escolas cujo número de classes não comportar posto de trabalho de Professor Coordenador, em nenhum segmento, esta atribuição ficará sob a responsabilidade do Diretor da Escola.

6. Resolução SE – 11, de 31-01-2008

Dispõe sobre a educação escolar de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas da Rede Estadual de ensino e dá providências correlatas.

A Secretária da Educação, com fundamento no disposto nas Constituições Federal e Estadual, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Indicação nº 70/07 e Deliberação nº 68/07 do Conselho Estadual de Educação, e considerando que:

o atendimento escolar de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais far-se-á, preferencialmente, em classes comuns da rede regular de ensino, com apoio de serviços especializados organizados na própria ou em outra unidade escolar, ou, ainda, em centros de apoio regionais;

a inclusão, permanência, progressão e sucesso escolar de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns do ensino regular representam a alternativa mais eficaz no processo de atendimento desse alunado;

os paradigmas atuais da inclusão escolar vêm exigindo a ampliação dos serviços de apoio especializado e a adoção de projetos pedagógicos e metodologias de trabalho inovadores, resolve:

Art. 1º São considerados alunos com necessidades educacionais especiais:

I – alunos com deficiência física, mental, sensorial e múltipla, que demandem atendimento educacional especializado;

II – alunos com altas habilidades, superdotação e grande facilidade de aprendizagem, que os levem a dominar, rapidamente, conceitos, procedimentos e atitudes;

III – alunos com transtornos invasivos de desenvolvimento;

V – alunos com outras dificuldades ou limitações acentuadas no processo de desenvolvimento, que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares e necessitam de recursos pedagógicos adicionais.

Art. 2º Os alunos com necessidades educacionais especiais, ingressantes na 1ª série do Ensino Fundamental ou que venham transferidos para qualquer série ou etapa do Ensino Fundamental e Médio, serão matriculados, preferencialmente, em classes comuns do ensino regular, excetuando-se os casos cuja situação específica, não permita sua inclusão direta nessas classes.

§ 1º O encaminhamento dos alunos de que trata o caput deste artigo para serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos far-se-á somente após avaliação pedagógica realizada em conformidade com o disposto na presente resolução.

§ 2º Aplicam-se aos alunos da modalidade de educação especial as mesmas regras previstas no regimento da escola para fins de classificação em qualquer série ou etapa, independente de escolarização anterior, mediante avaliação realizada pela escola.

Art. 3º O atendimento escolar a ser oferecido ao aluno com necessidades educacionais especiais deverá ser orientado por avaliação pedagógica realizada pela equipe da escola, formada pelo Diretor, Professor Coordenador e Professor da sala comum, podendo, ainda, contar, com relação aos aspectos físicos, motores, visuais, auditivos e psico-sociais, com o apoio de professor especializado da Diretoria de Ensino e de profissionais da área da saúde.

Art. 4º Caberá aos Conselhos de Classe/Ciclo/Série/Termo, ao final de cada ano letivo, aprovar relatório circunstanciado de avaliação, elaborado por professor da área, contendo parecer conclusivo sobre a situação escolar dos alunos atendidos pelos diferentes serviços de apoio especializado, acompanhado das fichas de observação periódica e contínua, em conformidade com os Anexos I, II e III desta resolução.

Art. 5º Os alunos com deficiências que apresentem severo grau de comprometimento, cujas necessidades de recursos e apoios extrapolem, comprovadamente, as disponibilidades da escola, deverão ser encaminhados às respectivas instituições especializadas conveniadas com a Secretaria da Educação.

Art. 6º Em se tratando de alunos com significativa defasagem idade/série e severa deficiência mental ou grave deficiência múltipla, que não puderem atingir os parâmetros exigidos para a conclusão do Ensino Fundamental, as escolas poderão, com fundamento no inciso II do artigo 59 da Lei 9.394/96, expedir declaração com terminalidade específica de determinada série, acompanhada de histórico escolar e da ficha de observação contendo, de forma descritiva, as competências desenvolvidas pelo educando.

§ 1º A terminalidade prevista no caput deste artigo somente poderá ocorrer em casos plenamente justificados mediante relatório de avaliação pedagógica, balizada por profissionais da área da saúde, com parecer aprovado pelo Conselho de Escola e visado pelo Supervisor de Ensino.

§ 2º A escola deverá articular-se com os órgãos oficiais ou com as instituições que mantenham parcerias com o Poder Público, a fim de fornecer orientação às famílias no encaminhamento dos alunos a programas especiais, voltados para o trabalho, para sua efetiva integração na sociedade.

Art. 7º Consideradas as especificidades regionais e locais, serão organizados, gradativamente, em nível de unidade escolar e por sua solicitação, Serviços de Apoio Pedagógico Especializado (SAPes), desde que acompanhados dos termos de anuência da Diretoria de Ensino e da respectiva Coordenadoria de Ensino.

Art. 8º A implementação de Serviços de Apoio Pedagógico Especializado (SAPes) tem por objetivo melhorar a qualidade da oferta da educação especial, na rede estadual de ensino, viabilizando-a por uma reorganização que, favorecendo a adoção de novas metodologias de trabalho, leve à inclusão do aluno em classes comuns do ensino regular.

Parágrafo único – Os Serviços de Apoio Pedagógico Especializado (SAPes) serão implementados por meio de:

1 – atendimento prestado por professor especializado, em sala de recursos específicos, em horários programados de acordo com as necessidades dos alunos, e, em período diverso daquele que o aluno frequenta na classe comum, da própria escola ou de outra unidade;

2 – atendimento prestado por professor especializado, na forma de itinerância.

Art. 9º Os alunos que não puderem ser incluídos em classes comuns, em decorrência de severa deficiência mental ou grave deficiência múltipla, ou mesmo apresentarem comprometimento do aproveitamento escolar em razão de transtorno invasivo do desenvolvimento, poderão contar, na escola regular, em caráter de excepcionalidade e transitoriedade, com o atendimento em classe regida por professor especializado, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º da Deliberação CEE 68/07.

§ 1º Esgotados os recursos pedagógicos necessários para manutenção do aluno em classe regular, a indicação da necessidade de atendimento em classe regida por professor especializado deverá resultar de uma avaliação multidisciplinar, a ser realizada por equipe de profissionais indicados pela escola e pela família.

§ 2º O tempo de permanência do aluno na classe regida por professor especializado dependerá da avaliação multidisciplinar e de avaliações periódicas a serem realizadas pela escola, com participação dos pais e do Conselho de Escola e/ou estrutura similar, com vistas a sua inclusão em classe comum.

§ 3º O caráter de excepcionalidade, de que se revestem a indicação do encaminhamento dos alunos e o tempo de sua permanência em classe regida por professor especializado, será assegurado por instrumentos e registros próprios, sob a supervisão do órgão competente.

Art. 10 na organização dos Serviços de Apoio Especializado (SAPes) nas Unidades Escolares, observar-se-á que:

I – o funcionamento da sala de recursos será de 25 (vinte e cinco) aulas semanais, distribuídas de acordo com a demanda do alunado, com turmas constituídas de 10 a 15 alunos, de modo a atender alunos de 02 (dois) ou mais turnos, quer individualmente, quer em pequenos grupos na conformidade das necessidades do(s) aluno(s);

II – as aulas do atendimento itinerante, a serem atribuídas ao docente titular de cargo como carga suplementar e ao ocupante de função-atividade na composição da respectiva carga horária, serão desenvolvidas em atividades de apoio ao aluno com necessidades especiais, em trabalho articulado com os demais profissionais da escola;

III – o apoio oferecido aos alunos, em sala de recursos ou no atendimento itinerante, terá como parâmetro o desenvolvimento de atividades que não deverão ultrapassar 2 aulas diárias.

Art. 11 a organização dos SAPEs na unidade escolar, sob a forma de sala de recursos, somente poderá ocorrer quando houver:

I – comprovação de demanda avaliada pedagogicamente;

II – professor habilitado ou, na ausência deste, professor com Licenciatura Plena em Pedagogia e curso de especialização na respectiva área da necessidade educacional, com, no mínimo, 360 horas de duração;

III – espaço físico adequado, não segregado;

IV – recursos e materiais didáticos específicos;

V – parecer favorável da CENP, expedido pelo Centro de Apoio Pedagógico Especializado.

§ 1º As turmas a serem atendidas pelas salas de recursos poderão ser instaladas para atendimento de alunos de qualquer série, etapa ou modalidade do Ensino Fundamental ou Médio, e as classes com professor especializado somente poderão atender alunos cujo grau de desenvolvimento seja equivalente ao previsto para o Ciclo I.

§ 2º A constituição da turma da sala de recursos, da classe com professor especializado e da itinerância deverá observar o atendimento a alunos de uma única área de necessidade educacional especial.

Art. 12 Os docentes, para atuarem nos SAPEs, deverão ter formação na área da necessidade educacional especial, observada a prioridade conferida ao docente habilitado.

Art. 13 Caberá ao professor de Educação Especial, além do atendimento prestado ao aluno:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;

II – elaborar plano de trabalho que contemple as especificidades da demanda existente na unidade e/ou na região, atendidas as novas diretrizes da Educação Especial;

III – integrar os conselhos de classes/ciclos/séries/termos e participar das HTPCs e/ou outras atividades coletivas programadas pela escola;

IV – orientar a equipe escolar quanto aos procedimentos e estratégias de inclusão dos alunos nas classes comuns;

V – oferecer apoio técnico pedagógico aos professores das classes comuns;

VI – fornecer orientações e prestar atendimento aos responsáveis pelos alunos bem como à comunidade.

Art. 14 As unidades escolares que não comportarem a existência dos SAPEs poderão, definida a demanda, contar com o atendimento itinerante a ser realizado por professores especializados alocados em SAPEs ou escolas da região, atendidas as exigências previstas no art. 17 da Resolução SE 90/05.

Art. 15 Caberá às Diretorias de Ensino:

I – proceder ao levantamento da demanda das salas de recursos e do apoio itinerante, visando à otimização e à racionalização do atendimento com o objetivo de transformar ou transferir o serviço oferecido, remanejando os recursos e os equipamentos para salas de unidades escolares sob sua jurisdição;

II – propor a criação de serviços de apoio pedagógico especializado à respectiva Coordenadoria de Ensino;

III – orientar e manter as escolas informadas sobre os serviços ou instituições especializadas existentes na região, mantendo contatos com as mesmas, de forma a agilizar o atendimento de alunos.

Art. 16 As situações não previstas na presente resolução serão analisadas e encaminhadas por um Grupo de Trabalho constituído por representantes da CENP/CAPE, Cogsp e/ou CEI e Diretoria(as) de Ensino envolvida(s).

Art. 17 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial, a Resolução SE 95/00.

Notas:

Constituição Federal;

Constituição Estadual;

Lei n.º 8.069/90;

Lei n.º 9.394/96;

Del. CEE n.º 68/07 (Ind. CEE n.º 70/07);

Res. SE n.º 90/05, à pág. 148 do vol. LX;

Revoga a Res. SE n.º 95/00, à pág. 139 do vol. L.

Anexo I

Sala de Recursos / Itinerância – Portfólio de Atendimento

Roteiro Descritivo Inicial/Anual de Observação do Aluno

Ano:

Nome do aluno:

Data de nascimento:

Série:

Endereço residencial:

Telefone de contato da família:

Área de deficiência:

Escola:

Diretoria de Ensino:

Relato do professor da sala comum:

A – Intervenção e interação afetiva, social e familiar

1- Histórico do Aluno

- Descrição das características do aluno (sociabilidade e afetividade)
- Relacionamento com a família e grupos
- Expectativas da família
- Antecedentes de atendimento, caso já tenha freqüentado outra escola

- Antecedentes de atendimento de outra natureza (clínicos e terapêuticos)
 - 2- Relacionamento do aluno na escola onde está matriculado (com os professores e colegas)
 - 3- Relacionamento do aluno com o professor especialista
 - 4- Relacionamento com seu grupo social
- B – Avaliação pelo professor especialista – observação descritiva nas diversas situações escolares:
- Interesse
 - Atenção
 - Concentração
 - Compreensão e atendimento a ordens
 - Habilidade sensório-motora
 - a) Percepção e memória visual
 - b) Percepção e memória auditiva
 - c) Percepção de diferenças e semelhanças
 - d) Orientação temporal
 - e) Orientação espacial
 - Habilidades motoras
 - Pensamento lógico
 - Expressão criativa
 - Linguagem e comunicação: oral
 - Linguagem e comunicação: escrita
 - Raciocínio lógico-matemático
- C – Observações do Professor e condutas a serem seguidas.
- D – Avanços do aluno ao longo do ano letivo.

Nome do Professor / RG
Diretor

Professor Coordenador

Nome do Professor/RG (especialista)

Obs.: Este documento é roteiro para elaboração da Avaliação Descritiva

Anexo II

Sala de Recursos / Itinerância – Portfólio de Atendimento: Ficha de Acompanhamento Diário do Aluno

Item 1 – Informações Gerais

Nome do aluno:

Área de deficiência:

Escola:

Série:

Data do atendimento: ___/___/_____

Quantidade de horas de atendimento:

Aluno Professores de sala comum Equipe escolar Família

Comunidade

Obs.: Nomear o(s) professor(es) atendido(s) e classe(s)/série(s)

Quantidade de horas na produção de material pedagógico:

Item 2 – Ações desenvolvidas com o aluno, articuladas com o professor da sala comum:

(Objetivos, tipo de atividade, recurso utilizado e intervenção realizada)

Item 3 – Materiais preparados para o aluno e/ou professor da sala comum:

Item 4 – **Observações:**

Professor

Professor Coordenador

Diretor

Anexo III

Sala de Recursos / Itinerância – Portifólio de Atendimento

Ficha de Acompanhamento **Bimestral** e Individual do Aluno

Item 1 – **Informações Gerais:**

Nome do aluno:

Escola de matrícula:

Escola da Sala de Recursos:

Série:

Diretoria de Ensino:

Forma de atendimento: () Sala de Recursos () Itinerância

Bimestre:

Item 2 – **Quais os objetivos dos atendimentos no bimestre? Foram alcançados?**

Item 3 – Foi necessária alguma intervenção especial? Qual?

Item 4 – Caracterização do Atendimento:

Nome do professor:

Formação do professor:

Carga horária:

Quantidade de horas bimestrais na orientação de:

() Professores de sala comum () Equipe escolar () Família () Comunidade

Quantidade de horas na produção de material pedagógico: ()

Total de horas trabalhadas direto com o aluno: ()

Total de horas bimestrais trabalhadas em função deste aluno: ()

Item 5 – Reavaliação e encaminhamento:

Item 6 – Observações:

Professor

Professor Coordenador

Diretor

Anexos publicados no DOE de 12/02/2008 (Resoluções de 11/02/2008)

7. Resolução SE – 12, de 31-1-2008

Dispõe sobre a implementação de cursos de Ensino Médio de Formação Básica e Profissional nas escolas públicas estaduais.

A Secretária da Educação considerando:

a importância de oferecer aos jovens integrantes de comunidades com significativos índices de vulnerabilidade social e juvenil oportunidades de desenvolvimento de competências profissionais vinculadas ao mundo do trabalho, da ciência e da tecnologia;

a especificidade e o caráter inovador dos procedimentos metodológicos e avaliatórios que revestirão a proposta pedagógica do curso profissionalizante, a ser desenvolvido na modalidade de ensino a distância, em parceria com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e a Fundação Roberto Marinho;

a importância que o acompanhamento e a avaliação desse tipo de estudos representa no universo da escola pública, com vistas à sua expansão quantitativa e qualitativa,

a necessidade de definir critérios que nortearão as Equipes Gestoras das Unidades Escolares Estaduais e Diretorias de Ensino na indicação das escolas que implementarão, em 2008, Ensino Médio articulado com a educação profissional técnica de nível médio, em parceria com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e a Fundação Roberto Marinho, resolve:

Art. 1º A oferta de cursos de formação básica e profissional, de que tratam os artigos 3º, inciso II, e 5º, da Resolução SE nº 92, de 19/12/2007, dar-se-á na rede estadual de ensino em parceria com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e Fundação Roberto Marinho, de forma gradual, iniciando-se em 2008, em unidades escolares estaduais jurisdicionadas às Diretorias de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo – Cogsp.

Art. 2º As unidades escolares estaduais vinculadas à Cogsp que, obedecidos os termos desta resolução, apresentem demanda escolar interessada em estudos de formação básica e profissional, poderão, em 2008, constituir turmas de alunos de 2ª série do Ensino Médio para cursarem os módulos profissionalizantes da Habilitação Profissional de Técnico em Gestão de Pequenas Empresas.

Parágrafo único: Os módulos profissionalizantes de que trata o caput serão desenvolvidos na modalidade de educação semipresencial, em parceria com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, por meio de ação conjunta entre profissionais dessa entidade e professores da SEE.

Art. 3º A Habilitação Profissional de Técnico em Gestão de Pequenas Empresas será desenvolvida em 03 (três) módulos semestrais (I, II e III), estruturados, a partir das 2ª séries do Ensino Médio, como etapas de terminalidade que asseguram a obtenção dos seguintes documentos:

I – Certificado de Qualificação em Assistente de Planejamento: Módulo I;

II – Certificado de Qualificação em Gerente Administrativo: Módulo II;

III – Certificado de Técnico de Gestão de Pequenas Empresas: Módulo III;

IV – Diploma da Habilitação Profissional de Técnico em Gestão de Pequenas Empresas, desde que o aluno tenha concluído o Ensino Médio.

Parágrafo único: o total das aulas das disciplinas que compõem cada módulo profissionalizante – 06(seis) aulas semanais para cada turma de alunos – será desenvolvido por professor da Base Nacional Comum que exercerá simultaneamente as funções de Orientador de Aprendizagem e de Tutor de Turma para as atividades a distância.

Art. 4º Entende-se por Orientador de Aprendizagem e Tutor de Turma o profissional que apoiará o aluno do Ensino Médio no desenvolvimento das competências imprescindíveis à formação do perfil de trabalhador apto a vivenciar as modernas relações de trabalho e os desafios do exercício da cidadania.

§ 1º Observado o disposto no §1º do artigo 6º da Res. SE nº 92/2007, as funções de Orientador de Aprendizagem e de Tutor da(s) turma(s) de alunos da Habilitação Profissional de Técnico em Gestão de Pequenas Empresas serão exercidas por professor de uma das disciplinas da Base Nacional Comum, independentemente da existência de correlação de ordem programática com os conteúdos profissionalizantes a serem desenvolvidos.

§ 2º Para exercer as funções de Orientador de Aprendizagem e de Tutor de Turma, o docente deverá, prioritariamente, ser capaz de:

1. compreender que seu papel principal será o de mediador e dinamizador da aprendizagem;
2. reconhecer a necessidade de aperfeiçoar permanentemente sua formação;
3. exercer a liderança e ser proativo;
4. demonstrar habilidade em informática;
5. organizar seus métodos de trabalho de modo a auxiliar o aluno a aprender a aprender e a ser sujeito de sua aprendizagem.

§ 3º O cumprimento da carga horária das 06 (seis) aulas semanais previstas para o desenvolvimento das disciplinas do Módulo I, constante dos Anexos VII e VIII da Res. SE nº 92/2007, destinam-se:

1. No primeiro semestre, ao desenvolvimento das noções básicas de empreendedorismo, etapa preliminar da qualificação profissional;
2. No segundo semestre, ao desenvolvimento das disciplinas específicas da Qualificação Profissional em Assistente de Planejamento.

§ 4º A carga horária de 05 (cinco) aulas semanais previstas no §2º do artigo 6º da Res. SE nº 92/2007, a ser cumprida pelo professor em horários do contraturno, destinam-se, ao exercício da função de tutoria de alunos e às atividades de formação continuada a serem desenvolvidas pelas instituições parceiras.

§ 5º A atribuição das aulas destinadas ao desenvolvimento da Habilitação Profissional de Técnico em Gestão de Pequenas Empresas obedecerá à normatização prevista para o processo de atribuição de classes e aulas de projetos e modalidades de ensino aos docentes do Quadro do Magistério da SEE.

Art. 5º Constituem-se critérios para a oferta da Habilitação Profissional de Técnico em Gestão de Pequenas Empresas:

I – na comunidade escolar:

- a) estar inserida em local de significativa vulnerabilidade social e juvenil;
- b) apresentar, em seu entorno, carência de equipamentos sociais que supram as demandas existentes;

II – na unidade escolar:

- a) atender demanda escolar estável, de significativa vulnerabilidade social e juvenil;
- b) contar com adesão da equipe gestora existente e com a disponibilidade de professores de disciplinas da Base Nacional Comum para a função de Orientador de Aprendizagem e de Tutor de Turmas, na modalidade on-line, e para a preparação de aulas e participação em reuniões de capacitação;
- c) dispor de salas ociosas, aos sábados, a serem equipadas apropriadamente conforme o estabelecido para o desenvolvimento da Habilitação Profissional de Técnico em Gestão de Pequenas Empresas, oferecida na modalidade semipresencial, para as turmas de alunos do curso noturno.

Art. 6º Caberá à Equipe de Supervisão da Diretoria de Ensino, atendido o contido no inciso II do artigo 5º desta resolução, e o número de turmas constante do Quadro em anexo, proceder à sua distribuição, pelas unidades escolares sob sua jurisdição.

§ 1º Formadas as respectivas turmas, o número de unidades escolares com classes já constituídas e os totais de alunos a serem atendidos serão encaminhados à Cogsp.

§ 2º Cada turma deverá ser formada, em média, com 40 (quarenta) alunos.

Art. 7º A duplicidade de matrículas em cursos distintos implicará igualmente na duplicidade dos documentos de controle de frequência e de avaliação de aproveitamento escolar do aluno.

Parágrafo único: Quando houver duplicidade, os documentos deverão tramitar separadamente, obedecidas as normas regimentais e os procedimentos administrativos estabelecidos para cada tipo de curso.

Art. 8º Somente poderão ser atribuídas as aulas para o exercício das funções de orientação de aprendizagem e de tutoria após a homologação das turmas pela respectiva Diretoria, o que deverá ocorrer no início do ano letivo.

Art. 9º Caberá à Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas baixar instruções complementares à presente resolução.

Art. 10º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nota:

Res. SE n.º 92/07.

Anexo III

| | Localidade | nº de vagas |
|----|--------------------------|--------------------|
| 1 | DE SP Centro-Oeste | 975 |
| 2 | DE SP Centro | 790 |
| 3 | DE SP Leste 5 | 1060 |
| 4 | DE SP Centro Sul | 825 |
| 5 | DE São Bernardo do Campo | 1350 |
| | Total | 5000 |
| 6 | DE Santo André | 1776 |
| 7 | DE Taboão da Serra | 1380 |
| 8 | DE SP Leste 1 | 2134 |
| 9 | DE SP Leste 4 | 2032 |
| 10 | DE SP Norte 2 | 1536 |
| 11 | DE SP Norte 1 | 2469 |
| 12 | DE Osasco | 1768 |
| 13 | DE SP Leste 3 | 1822 |
| 14 | DE SP Sul 1 | 2399 |
| 15 | DE Itaquaquecetuba | 1490 |
| 16 | DE Mogi das Cruzes | 1194 |
| | Total | 20000 |
| 17 | DE Guarulhos Sul | 2027 |
| 18 | DE Diadema | 1353 |
| 19 | DE Mauá | 2103 |
| 20 | DE Carapicuíba | 2150 |
| 21 | DE Guarulhos Norte | 2085 |
| 22 | DE SP Sul 3 | 2918 |
| 23 | DE Itapevi | 1890 |
| 24 | DE SP Sul 2 | 2618 |
| 25 | DE SP Leste 2 | 2850 |
| 26 | DE Suzano | 1733 |
| 27 | DE Itapeçerica da Serra | 1253 |
| 28 | DE Caieiras | 2020 |
| | Total 25 | 25000 |
| | Total Geral | 50000 |

Obs.: Dados de vulnerabilidade socioeconômica extraídos do: Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade; Sistema de Indicadores e Monitoramento de Escola-SIM; Saesp 2005.

TEXTO ESTÍMULO: A LITERATURA COMO REFLEXÃO

Tenho esperança que...

Lima Barreto

Certas manhãs quando desço de bonde para o centro da cidade, naquelas manhãs em que, no dizer do poeta, um arcanjo se levanta de dentro de nós; quando desço do subúrbio em que resido há quinze anos, vou vendo pelo longo caminho de mais de dez quilômetros, as escolas públicas povoadas.

Em algumas, ainda surpreendo as crianças entrando e se espalhando pelos jardins à espera do começo das aulas, em outras, porém, elas já estão abancadas e debruçadas sobre aqueles livros que meus olhos não mais folhearão, nem mesmo para seguir as lições de meus filhos. Brás Cubas não transmitiu a nenhuma criatura o legado da nossa miséria; eu, porém, a transmitiria de bom grado.

Vendo todo o dia, ou quase, esse espetáculo curioso e sugestivo da vida da cidade, sempre me hei de lembrar da quantidade das meninas que, anualmente, disputam a entrada na Escola Normal desta idade; e eu, que estou sempre disposto a trocar as pretensões feministas, fico interessado em achar no meu espírito uma solução que satisfizesse o afã do milheiro dessas candidatas a tal matrícula, procurando com isso aprender para ensinar, o quê? O curso primário, as primeiras letras a meninas e meninos pobres, no que vão gastar a sua mocidade, a sua saúde e fanar a sua beleza. Dolorosa coisa para uma moça...

A obscuridade da missão e a abnegação que ela exige, cercam essas moças de um halo de heroísmo, de grandeza, de virtudes que me faz naquelas manhãs em que sinto o arcanjo dentro da minha alma, cobrir todas elas da mais viva e extremada simpatia. Eu me lembro também da minha primeira década de vida, de meu primeiro colégio público municipal na rua do Resende, das suas duas salas de aula, daquelas grandes e pesadas carteiras do tempo e, sobretudo, da minha professora – Dona Teresa Pimentel do Amaral – de quem, talvez se a desgraça, um dia, enfraquecer-me a memória não me esqueça de todo.

De todos os professores que eu tive, houve cinco que me impressionaram muito; mas é, dela que guardo mais forte impressão.

O doutor (assim o tratávamos) Frutuoso da Costa, um deles, era um preto mineiro, que estudara para padre e não chegara a ordenar-se. Tudo nele era desgosto, amargor; e, às vezes, deixávamos de analisar a *Seleção*, para ouvirmos de sua feia boca histórias polvilhadas dos mais atrozes sarcasmos. Os seus olhos inteligentes luziam debaixo do *pince-nez* e o seu sorriso de remoque mostrava os seus dentes de marfim de um modo que não me atrevo a qualificar. O seu enterro saiu de uma quase estalagem.

Um outro foi o Senhor Francisco Varela, homem de muito mérito e inteligente, que me ensinou História Geral e do Brasil. Tenho uma notícia de polícia que cortei de um velho *Jornal do Comércio* de 1878. Desenvolvida com a habilidade e o *savoir faire* daqueles tempos, contava como foi preso um sujeito por trazer consigo quatro canivetes. “Explorava-a”, como diz hoje nos jornais, criteriosamente o redator dizendo que “ordinariamente basta que um homem traga consigo uma única arma qualquer para que a polícia ache logo que deve chamá-lo a contas”. Isto era naquele tempo e na Corte, pois o professor Chico Varela usava impunemente não sei quantos canivetes, quantos punhais, revólveres; e, um dia, apareceu-nos com uma carabina. Era no tempo da Revolta. Gabava-se, no que tinha muita razão, de ser parente de Fagundes Varela; mas sempre citava a famosa metáfora de Castro Alves, como sendo das mais belas que conhecia: “Qual Prometeu tu me amarraste um dia”...

Era um belo homem e, se ele ler isto, não me leve a mal. Recordações de menino...

Foi ele quem me narrou a lenda dos começos da guerra de Tróia, que, como sei hoje, é da autoria de um tal Estásinos de Chipre. Parece que é fragmento de um poema deste, conservado não sei em que outro livro antigo. O filho do rei de Tróia, Páris, foi chamado a julgar uma contenda entre deusas, Vênus, Minerva e Juno.

Houvera um banquete no céu e a Discórdia, que não havia sido convidada, para vingar-se, atirou um pomo de ouro, com a inscrição – “À mais bela”. Páris, chamado a julgar quem merecia o prêmio, entre as três, hesitou. Minerva prometia-lhe a sabedoria e a coragem; Juno, o poder real e Vênus... a mulher mais bela do mundo.

Aí, ele não teve dúvidas: deu o “pomo” à Vênus. Encontrou-se com Helena, que era mulher do rei Menelau, fugiu com ela; e a promessa de Afrodite foi cumprida. Menelau não quis aceitar esse rapto e declarou guerra com uma porção de outros reis à Tróia. Essa história é da mitologia; pois hoje me parece do catecismo. Naqueles dias, ela me encantou e fui da opinião do troiano; atualmente, porém, não sei como julgaria, mas certo não desencadearia uma guerra por tão pouca coisa.

Varela contava tudo isto com uma eloquência cheia e entusiasmo, de transbordante paixão; e, ao me lembrar ele, comparo-o sempre com o doutor Ortiz Monteiro, que foi meu lente, sempre calmo, metódico, não perdendo nunca um minuto para não interromper a exposição da sua geometria descritiva. A sua pontualidade e o seu amor em ensinar a sua disciplina faziam-no uma exceção no nosso meio, onde os professores cuidam pouco nas suas cadeiras, para se ocuparem de todo outro qualquer afazer.

De todos eu queria também falar do Senhor Oto de Alencar, mas que posso eu dizer da sua cultura geral e profunda, da natureza tão diferente da sua inteligência da nossa inteligência, em geral? Ele tinha alguma coisa daqueles grandes geômetras franceses que vêm de Descartes, passam por d’Alembert e Condorcet, chegam até nossos dias em Bertrand e Poincaré. Podia tocar em tudo e tudo receberia a marca indelével do seu gênio. Entre nós, há muitos que sabem; mas não são sábios. Oto, sem eiva de pedantismo ou de insuficiência presumida, era um gênio universal, em cuja inteligência a total representação científica do mundo tinha lhe dado, não só a acelerada ânsia de mais, saber, mas também a certeza de que nunca conseguiremos sobrepor ao universo as leis que supomos eternas e infalíveis. A nossa ciência não é nem mesmo uma aproximação; é uma representação do Universo peculiar a nós e que, talvez, não sirva para as formigas ou gafanhotos. Ela não é uma deusa que possa gerar inquisidores de escalpelo e microscópio, pois devemos sempre julgá-la com a cartesiana dúvida permanente. Não podemos oprimir em seu nome.

Foi o homem mais inteligente que conheci e o mais honesto de inteligência.

Mas, de todos, de quem mais me lembro, é de minha professora primária, não direi do “a-b-c”, porque o aprendi em casa, com minha mãe, que me morreu aos sete anos.

É com essas recordações em torno das quais esvoaçam tantos sonhos mortos e tantas esperanças por realizar, que vejo crepitar esse matutino movimento escolar; e penso nas mil e tantas meninas que todos os anos acodem ao concurso de admissão à Escola Normal.

Tudo têm os sábios da Prefeitura imaginado no intuito de dificultar a entrada. Creio mesmo que já se exigiu Geometria Analítica e Cálculo Diferencial, para crianças de doze a quinze anos; mas nenhum deles se lembrou da medida mais simples. Se as moças residentes no Município do Rio de Janeiro mostram de tal forma vontade de aprender, de completar o seu curso primário com um secundário e profissional o governo só deve e tem a fazer uma coisa: aumentar o número das escolas de quantas houver necessidade.

Dizem, porém, que a municipalidade não tem necessidade de tantas professoras, para admitir cerca de mil candidatas a tais cargos, a despesa, etc. Não há razão para tal objeção, pois o dever de todo governo é facilitar a instrução dos seus súditos.

Todas as mil que se matriculassem, o prefeito não ficava na obrigação de fazê-las professoras ou adjuntas. Educá-las-ia só se estabelecesse um processo de escolha para sua nomeação, depois que completassem o curso.

As que não fossem escolhidas, poderiam procurar o professorado particular e, mesmo como mães, a sua instrução seria utilíssima.

Verdadeiramente, não há estabelecimentos públicos destinados ao ensino secundário às moças. O governo federal não tem nenhum, apesar da Constituição impor-lhe o dever de prover essa espécie de ensino no Distrito. Ele julga, porém, que só são os homens que necessitam dele; e mesmo os rapazes, ele o faz com estabelecimentos fechados, para onde se entra à custa de muitos empenhos.

A despesa que ele tem, com os Ginásios e o Colégio Militar bem empregada daria para maior número de externatos, de liceus. Além de um internato no Colégio Militar do Rio, tem outro em Barbacena, outro em Porto Alegre, e não sei se projetam mais alguns por aí.

Onde ele não tem obrigação de ministrar o ensino secundário, ministra; mas aqui, onde ele é obrigado, constitucionalmente, deixa milhares de moças a impetrar a benevolência do governo municipal.

A municipalidade do Rio de Janeiro que rende cerca de quarenta mil contos ou mais, podia ter há muito tempo resolvido esse caso; mas a política que domina a nossa edilidade não é aquela que Bossuet definiu. A nossa tem por fim fazer a vida incômoda e os povos infelizes; e os seus partidos têm por programa um único: não fazer nada de útil.

Diante desse espetáculo de mil e tantas meninas que querem aprender alguma coisa, batem à porta da Municipalidade e ela as repele em massa, admiro que os senhores que entendem de instrução pública, não digam alguma coisa a respeito.

E creio que não é fato insignificante; e, por mais que fosse e capaz de causar prazer ou dor à mais humilde criatura, não seria demasiado insignificante para não merecer a atenção do filósofo. Creio ser de Bacon essa observação.

O remédio que julgo tão simples, pode não sê-lo; mas, espero despertar a atenção dos entendidos e serão eles capazes de achar um bem melhor. Ficarei muito contente e tenho esperança que tal se dê.

Bagatelas, 3-5-1918

<http://dominiopublico.gov.br/download/texto/lbi000173.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2008.

INSTRUMENTO DE PESQUISA

Esta é uma pesquisa que procura avaliar a aplicação do projeto de Recuperação Inicial, implementado no período de 18 de fevereiro a 30 de março de 2008, para os alunos do Ensino Fundamental Ciclo II (5ª a 8ª séries) e Ensino Médio (todas as séries) das escolas da rede pública estadual, pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Esse projeto visou a oferecer um material didático estruturado para o aluno e subsídios para o professor, com a finalidade de que as escolas implementassem ações de recuperação ou consolidação das aprendizagens em todas as disciplinas do currículo, tendo por base os resultados do Saeb de 2005.

Gostaríamos de conhecer sua opinião sobre a aplicação do projeto em sua escola, para que possamos, no próximo ano, fazer os ajustes necessários.

Obrigada.

Pesquisa sobre a aplicação do projeto inicial de recuperação

1. Nome da escola: _____

2. Assinale:

- A. () Só apliquei o projeto no Ensino Fundamental Ciclo II.
- B. () Só apliquei o projeto no Ensino Médio.
- C. () Apliquei o projeto no Ensino Fundamental Ciclo II e no Ensino Médio.

3. Em qual(is) disciplina(s) você aplicou o projeto?

- A. () Língua Portuguesa.
- B. () Arte.
- C. () Educação Física.
- D. () LEM – Inglês.
- E. () Matemática.
- F. () Ciências.
- G. () Física.
- H. () Química.
- I. () Biologia.
- J. () História.
- K. () Geografia.
- L. () Filosofia.

4. Atribua uma pontuação de 1 a 5 para o seu relacionamento com as pessoas, durante o período em que aplicou o projeto. A pontuação 1 significa relacionamento ruim e a pontuação 5 significa relacionamento excelente. As outras notas correspondem a níveis intermediários de relacionamento.
- A. () Com representantes da secretaria da educação.
 - B. () Com representantes da diretoria de ensino.
 - C. () Com a direção.
 - D. () Com a coordenação.
 - E. () Outros professores.
 - F. () Pais.
 - G. () Alunos.
5. Atribua uma pontuação de 1 a 5 ao material de apoio do Programa. 1 significa ruim e 5 significa excelente. As outras notas correspondem a níveis intermediários.
- A. () Jornal do Aluno.
 - B. () Revista do Professor.
 - C. () DVD de capacitação.
6. Quanto você gostou de ministrar as aulas previstas neste projeto?
- A. () Muito.
 - B. () Pouco.
 - C. () Indiferente.
 - D. () Não sei.
7. O que os outros professores da escola acharam do Projeto?
- A. () Gostaram.
 - B. () Não gostaram.
 - C. () Ficaram indiferentes.
 - D. () Não sei.
8. O que os alunos acharam do projeto?
- A. () Gostaram.
 - B. () Não gostaram.
 - C. () Ficaram indiferentes.
 - D. () Não sei.

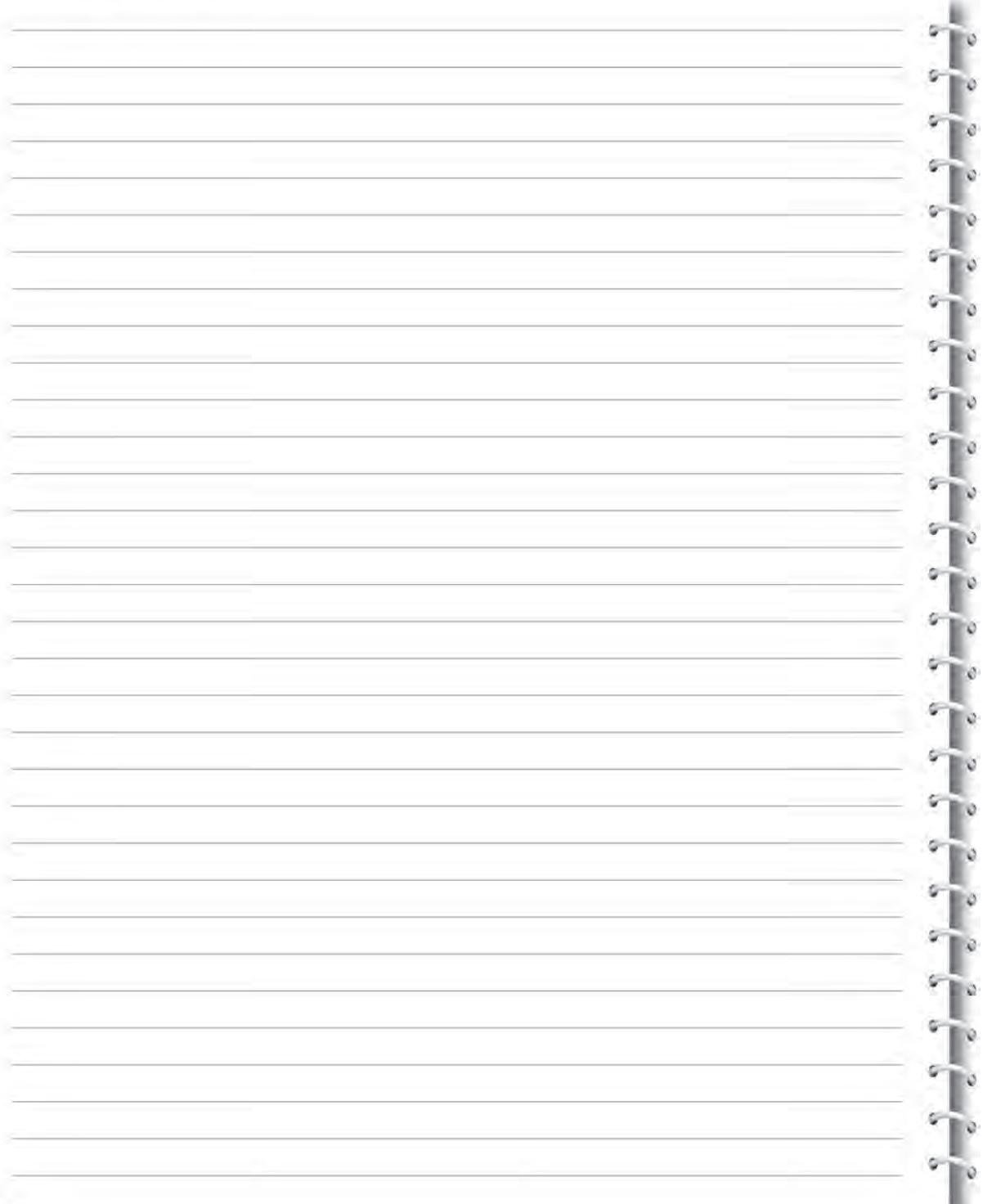
9. O que dificultou a aplicação do projeto (marque mais de uma alternativa, se for o caso)?
- A. () A presença de muitos alunos em sala de aula.
 - B. () A falta de interesse dos alunos.
 - C. () A indisciplina na sala de aula.
 - D. () A falta do material didático (não havia jornais para todos).
 - E. () O uso de um suporte diferenciado de texto (o jornal).
 - F. () O fato de a maioria dos alunos não dominar os conteúdos das séries anteriores.
 - G. () As propostas didáticas desestimulantes e repetitivas.
 - H. () Não tive dificuldades.
10. Qual a coisa mais importante que você aprendeu ao ministrar o projeto (assinale várias alternativas, se desejar)?
- A. () Nem todos os alunos são ruins.
 - B. () Um bom material didático pode tornar o assunto interessante.
 - C. () Os alunos conseguem superar problemas na aprendizagem.
 - D. () Uma visão diferente da avaliação.
 - E. () Uma relação mais próxima com os outros professores.
 - F. () Nenhuma das anteriores, não acrescentou nada.
11. Leia as seguintes afirmativas sobre o projeto de recuperação e registre ao lado delas sua opinião em relação à aplicação do projeto em sua escola. Se estiver de acordo com o que está sendo afirmado assinale (DA); se estiver indeciso assinale (?); se discordar assinale (D).
- A. () A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo propôs uma ação cujo objetivo central foi subsidiar as escolas e os professores na recuperação das aprendizagens de seus alunos, para que eles pudessem ter a oportunidade de desenvolver ou consolidar as aprendizagens fundamentais que favorecessem um desempenho mais adequado na série que iriam cursar ao longo de 2008.
 - B. () A aplicação do Projeto subsidiou um planejamento mais eficaz da escola e a elaboração de estratégias e programas voltados para o atendimento de demandas específicas detectadas no processo de recuperação.
 - C. () O Projeto implantou um processo de ação pedagógica que teve por referência os resultados do Saresp como indicadores das aprendizagens básicas para a continuidade dos estudos.
 - D. () O Projeto forneceu um material didático estruturado para alunos e professores.
 - E. () O Projeto ajudou os professores a identificar as necessidades de recuperação das aprendizagens e a construir situações didáticas que possibilitam sua superação.
 - F. () O Projeto teve seu início em 18 de fevereiro e término em 30 de março, envolvendo todos os professores e alunos de 5^a a 8^a séries do Ensino Fundamental Ciclo II e das três séries do Ensino Médio.
 - G. () Os focos do Projeto foram voltados para a consolidação de habilidades de leitura, escrita, interpretação e produção em Língua Portuguesa e em Matemática, desenvolvidas pelas diferentes disciplinas, uma vez que essas habilidades permeiam todo o currículo escolar.

- H. () Na organização didática do projeto, os temas das disciplinas Língua Portuguesa, História, Filosofia, Educação Física e Artes foram mais voltados ao desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita, interpretação e produção de textos em Língua Portuguesa, e os das disciplinas de Matemática, Geografia, Biologia, Química e Física foram mais voltados ao desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita, interpretação e produção em Matemática.
- I. () O Projeto assegurou a todos, professores e alunos, uma ampla oportunidade de contato com atividades que promovem o desenvolvimento das habilidades previstas para as disciplinas.
- J. () As Revistas do Professor auxiliaram as discussões em sala de aula sobre as possíveis resoluções dos alunos, referentes às propostas feitas no desenvolvimento de cada disciplina.
- K. () A Revista do Professor estava intimamente relacionada ao Jornal do Aluno que, por sua vez, fazia parte do estudo dos campos disciplinares relacionados às habilidades do Saresp.
- L. () A Revista do Professor de disciplina possibilitou um diálogo interdisciplinar quando propôs o desenvolvimento de habilidades comuns das áreas.
- M. () A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo cumpriu sua função de organizar e subsidiar as escolas de seu sistema, tendo em vista a aprendizagem dos alunos.
- N. () No âmbito de cada disciplina e de seus respectivos temas, foram consideradas as habilidades a serem consolidadas ou desenvolvidas, sem a descaracterização disciplinar do currículo e, o mesmo tempo, transpondo esse caráter, como já indica o Saresp ao privilegiar a avaliação de leitura e produção de textos e Matemática.
- O. () A aplicação desse Projeto recuperou ou consolidou parte das habilidades básicas requeridas para a continuidade dos estudos dos alunos e subsidiou a escola e professores na promoção de novas propostas de recuperação.
- P. () A divisão das disciplinas relacionadas às habilidades privilegiadas ora em leitura e produção de textos, ora em Matemática foi condizente com as linguagens mais desenvolvidas em cada uma delas.
- Q. () O Jornal do Aluno apresentou atividades (situações-problema com a temática da disciplina e o desenvolvimento das habilidades do Saresp) de acordo com o número de aulas previstas para cada disciplina no período.
- R. () Cada aluno recebeu um exemplar do Jornal.
- S. () Cada professor recebeu exemplares do Jornal e uma Revista.
- T. () Muitos alunos não souberam manusear o exemplar do Jornal, mas aprenderam durante o período.

 Anotações

A spiral-bound notebook page with horizontal ruling lines. The spiral binding is on the left side. The page is otherwise blank, with the word 'Anotações' and a pen icon at the top right.

 Anotações



A spiral-bound notebook page with horizontal ruling lines. The spiral binding is on the right side. The page is mostly blank, with the word 'Anotações' and a pen nib icon at the top left.

 Anotações



A series of horizontal lines for writing, with a spiral binding on the left side.

